

# Relatório de Desempenho Setorial 2020





## **Relatório de Desempenho Setorial 2020**

julho/2021



## Expediente

**Secretário de Estado das Cidades**  
José Jácome Carneiro Albuquerque

**Secretário Executivo de Saneamento**  
Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa

**Secretário Executivo de Habitação e Desenvolvimento Urbano**  
Marcos César Cals de Oliveira

**Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna**  
Carlos Edilson Araújo

**Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento**  
Maria Helena Teixeira Albuquerque

## Sumário

Apresentação.....	7
RESULTADOS E INDICADORES TEMÁTICOS E PROGRAMÁTICOS .....	11
Eixo Ceará Acolhedor.....	11
1. Tema Acesso à terra e moradia .....	13
1.1. Indicador Famílias beneficiadas com título de propriedade urbana (%).....	13
1.2. Programa 111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana .....	13
1.2.1. Indicador Acumulado de imóveis com cadastro georreferenciado (%) .....	13
1.2.2. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana.....	14
1.2.3. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área urbana.....	15
1.3. Programa 113 - Habitação de interesse social na área rural.....	15
1.3.1. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área rural .....	15
1.3.2. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área rural .....	16
Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados.....	17
2. Tema Planejamento e Modernização da Gestão.....	18
2.1. Programa 241 - Governança Interfederativa das Regiões.....	18
2.1.1. Indicador Municípios com Plano Diretor .....	18
2.1.2. Indicador Municípios com participação cidadã por meio do Conselho da Cidade no planejamento e gestão urbana .....	18
2.1.3. Indicador Municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária e elaboraram políticas relacionadas.....	19
2.1.4. Indicador Regiões Metropolitanas com Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) elaborado.....	19
2.1.5. Indicador Regiões de Planejamento beneficiadas com capacitação em gestão pública .....	20
Eixo Ceará de Oportunidades.....	21
3. Tema Infraestrutura e Mobilidade .....	22
3.1. Indicador Municípios com áreas urbanas requalificada (%).....	22
3.2. Programa 341 - Promoção da Requalificação Urbana.....	23
3.2.1. Indicador Área urbana requalificada (m <sup>2</sup> ) .....	23
Eixo Ceará Saudável.....	25
4. Tema Saneamento Básico.....	26
4.1. Programa 621 - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana.....	26

4.1.1. Indicador População urbana coberta por sistema de abastecimento de água tratada .....	26
4.1.2. Indicador População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário .....	27
4.2. Programa 622 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural.....	28
4.2.1. Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR).....	28
4.2.2. Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR).....	29
Eixo Ceará Sustentável .....	31
5. Tema Meio Ambiente .....	32
5.1. Programa: 722 - Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas.....	32
5.1.1. Indicador Área de risco eliminada (%).....	32
<b>CONTRIBUIÇÃO DAS ENTREGAS PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS ESTRATÉGICOS SETORIAIS E RESULTADOS ESTRATÉGICOS DE GOVERNO.....</b>	<b>33</b>
1. Programa Habitação e Regularização Fundiária Urbana (111).....	35
1.1. Iniciativa 111.1.01 - Promoção do trabalho social nos conjuntos habitacionais. Entrega 1652-Serviço socioeducativo promovido (número absoluto)* .....	36
1.2. Iniciativa 111.1.02 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área urbana integrada com serviços públicos.....	37
1.2.1. Entrega 1337 - Equipamento social construído (número absoluto) .....	37
1.2.2. Entrega 1646 - Unidade habitacional implantada (número absoluto).....	38
1.3. Iniciativa 111.1.03 - Qualificação das condições físicas de unidades habitacionais. Entrega 1651- Unidade habitacional qualificada (número absoluto) .....	40
1.4. Iniciativa 111.1.04 - Expansão da regularização fundiária urbana. Entrega 1335-Título entregue (número absoluto).....	41
1.5. Iniciativa 111.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de habitação de interesse social. Entrega 467-Projeto apoiado (número absoluto)* .....	42
1.6. Iniciativa 111.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu. ....	42
1.6.1. Entrega 1318-Unidade habitacional entregue (número absoluto) .....	42
1.6.2. Entrega 1651-Unidade habitacional qualificada (número absoluto) .....	43
2. Programa Habitação de Interesse Social na área rural (113) .....	44
2.1. Iniciativa 113.1.01 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área rural. Entrega 1646-Unidade habitacional implantada (número absoluto) .....	44
2.2. Iniciativa 113.1.02 - Promoção da melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais no meio rural. Entrega 1334-Fogão sustentável instalado (número absoluto).....	45
3. Programa Gestão Administrativa do Ceará (211).....	47
3.1. Iniciativa 211.1.01 - Qualificação física e tecnológica da prestação dos serviços públicos administrativos. Entrega 1500-Unidade pública administrativa estruturada (número absoluto) .....	47

3.2.	Iniciativa 211.1.02 - Qualificação do quadro profissional voltado aos serviços públicos administrativos. Entrega 1498-Servidor público qualificado (número absoluto) .....	48
3.3.	Iniciativa 211.1.03 - Promoção do desenvolvimento institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual. Entrega 1501-Ação de desenvolvimento institucional implementada (número absoluto) .....	49
3.4.	Iniciativa 211.1.04 - Promoção dos serviços públicos administrativos. Entrega 1502-Unidade pública administrativa mantida (número absoluto) .....	50
4.	Programa Encargos gerais do estado (212) .....	51
4.1.	Iniciativa 212.1.01 - Cumprimento das obrigações legais e constitucionais imputadas ao Estado. ....	51
4.2.	Iniciativa 212.1.02 - Investimento do Estado nas empresas estatais .....	52
4.3.	Iniciativa 212.1.03 - Promoção de ações voltadas ao enfrentamento à Covid - 19. ....	52
5.	Programa Gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas (222) .....	53
5.1.	Iniciativa 222.1.03 - Expansão da força de trabalho para a implementação das políticas públicas no estado do Ceará. Entrega 132-Concurso público realizado.....	53
6.	Programa Governança Interfederativa das Regiões (241) .....	54
6.1.	Iniciativa 241.1.01 - Promoção do planejamento urbano integrado das regiões metropolitanas. Entrega 1650-Plano publicado (número absoluto) .....	54
6.2.	Iniciativa 241.1.02 - Promoção do planejamento municipal. Entrega 1650-Plano publicado (número absoluto).....	55
6.3.	Iniciativa 241.1.03 - Promoção da qualificação da gestão fiscal e tributária dos municípios. Entrega 102-Capacitação realizada (número absoluto).....	56
6.4.	Iniciativa 241.1.04 - Promoção do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento urbano nos municípios. ....	57
6.4.1.	Entrega 137-Conselho mantido (número absoluto).....	57
6.4.2.	Entrega 1509-Assessoria realizada (número absoluto).....	57
7.	Programa Atração e desenvolvimento industrial (331).....	59
7.1.	Iniciativa 331.1.04 - Expansão de cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento econômico do Estado consideradas prioritárias no âmbito da Plataforma Ceará 2050. Entrega 184-Empreendimento implantado (número absoluto) .....	59
8.	Programa Promoção da requalificação urbana (341).....	61
8.1.	Iniciativa 341.1.01 - Expansão da requalificação de espaços públicos urbanos. Entrega 1593-Espaço urbano requalificado (metro quadrado) .....	61
8.2.	Iniciativa 341.1.02 - Expansão da requalificação viária em espaços urbanos. ....	62
8.2.1.	Entrega 1332-Via implantada (metro quadrado) .....	62
8.2.2.	Entrega 1361-Via pavimentada (metro quadrado) .....	63
9.	Programa Mobilidade, trânsito e transporte (343) .....	64

9.1. Iniciativa 343.1.10 - Promoção da integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros - Entrega 1469-Passageiro de transporte público beneficiado (número absoluto).....	64
10. Programa Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana (621).....	66
10.1. Iniciativa 621.1.01 - Expansão do serviço de abastecimento de água. ....	67
10.1.1. Entrega 1073-Sistema de abastecimento de água ampliado (número absoluto).....	67
10.1.2. Entrega 322-Ligação domiciliar de água realizada (número absoluto).....	69
10.1.3. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto).....	69
10.1.4. Entrega 537-Sistema de abastecimento de água implantado (número absoluto) .....	69
10.2. Iniciativa 621.1.02 - Qualificação do serviço de abastecimento de água.....	70
10.2.1. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto).....	70
10.2.2. Entrega 538-Sistema de abastecimento de água melhorado (número absoluto) .....	70
10.3. Iniciativa 621.1.03 - Expansão do serviço de esgotamento sanitário. ....	71
10.3.1. Entrega 1074-Sistema de esgotamento sanitário ampliado (número absoluto) .....	71
10.3.2. Entrega 324-Ligação domiciliar de esgoto realizada (número absoluto).....	72
10.3.3. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto).....	73
10.3.4. Entrega 542-Sistema de esgotamento sanitário implantado (número absoluto).....	73
10.4. Iniciativa 621.1.04 - Qualificação do serviço de esgotamento sanitário.....	74
10.4.1. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto).....	74
10.4.2. Entrega 543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado (número absoluto) .....	75
10.5. Iniciativa 621.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de Saneamento Urbano.....	75
10.5.1. Entrega 1024-Estudos e projetos realizados (número absoluto).....	75
10.5.2. Entrega 137-Conselho mantido (número absoluto).....	76
10.5.3. Entrega 467-Projeto apoiado (número absoluto) .....	76
10.6. Iniciativa 621.1.06 - Promoção da educação e da responsabilidade socioambiental em saneamento. Entrega 237-Evento realizado (número absoluto) .....	77
10.7. Iniciativa 621.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso. ....	77
10.7.1. Entrega 1339-Sistema de reuso de água implantado (número absoluto) .....	77
10.7.2. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto).....	78
10.8. Iniciativa 621.1.08 - Promoção do planejamento das ações municipais de saneamento. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto).....	78
10.9. Iniciativa 621.1.09 - Promoção do planejamento estadual do abastecimento de água e esgotamento sanitário no Ceará.....	79
10.9.1. Entrega 1709-Sistema de informação desenvolvido (número absoluto).....	79
10.9.2. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto).....	80

10.10. Iniciativa 621.1.10 - Expansão da infraestrutura para o adequado manejo de águas pluviais. Entrega 934-Sistema de drenagem implantado (número absoluto) .....	80
11. Programa Abastecimento de água e esgotamento sanitário no meio rural (622).....	82
11.1. Iniciativa 622.1.01 - Expansão do acesso a abastecimento de água no meio rural. ....	83
11.1.1. Entrega 537-Sistema de abastecimento de água implantado (unidade) .....	83
11.1.2. Entrega 1073-Sistema de abastecimento de água ampliado (unidade) .....	84
11.2. Iniciativa 622.1.02 - Qualificação do acesso a abastecimento de água. Entrega 538-Sistema de abastecimento de água melhorado (unidade) .....	85
11.3. Iniciativa 622.1.03 - Expansão do acesso a esgotamento sanitário. ....	85
11.3.1. Entrega 542-Sistema de esgotamento sanitário implantado (unidade) .....	85
11.3.2. Entrega 1074-Sistema de esgotamento sanitário ampliado (unidade).....	86
11.3.3. Entrega 1595-Módulo sanitário implantado (unidade).....	86
11.4. Iniciativa 622.1.04 - Qualificação do acesso a esgotamento sanitário no meio rural. ....	87
11.4.1. Entrega 543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado (unidade) .....	87
11.4.2. Entrega 1596-Módulo sanitário melhorado (unidade) .....	88
11.5. Iniciativa 622.1.05 - Promoção do Sistema Integrado de Saneamento Rural. Entrega 193-Entidade apoiada (unidade).....	88
11.6. Iniciativa 622.1.06 - Promoção do gerenciamento da política pública de saneamento no meio rural. ....	89
11.6.1. Entrega 467-Projeto apoiado (unidade).....	89
11.6.2. Entrega 1024-Estudos e projetos realizados (unidade).....	89
11.7. Iniciativa 622.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso para produção agrícola. Entrega 1339-Sistema de reuso de água implantado (unidade) .....	90
12. Programa Matriz energética do estado do Ceará (711) .....	91
12.1. Iniciativa 711.1.04 - Implantação de tecnologias de energias renováveis no meio rural. Entrega 1566-Projeto de energia renovável implantado (unidade) .....	91
13. Programa Revitalização de áreas urbanas degradadas (722).....	92
13.1. Iniciativa 722.1.01 - Requalificação urbana e ambiental do Rio Maranguapinho.....	92
13.1.1. Entrega 175-Dragagem executada (unidade).....	92
13.1.2. Entrega 45-Área urbanizada (unidade). ....	93
13.2. Iniciativa 722.1.02 - Requalificação urbana e ambiental do Rio Cocó.....	94
13.2.1. Entrega 175-Dragagem executada (unidade).....	94
13.2.2. Entrega 45-Área urbanizada (unidade). ....	95
13.3. Iniciativa 722.1.03 - Requalificação Urbana da Comunidade Dendê. Entrega 45-Área urbanizada (unidade).....	95
13.4. Iniciativa 722.1.04 - Expansão do conhecimento técnico-científico sobre a degradação de áreas urbanas. Entrega 425-Plano elaborado (unidade).....	96

13.5. Iniciativa 722.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de revitalização das áreas degradadas. Entrega 467-Projeto apoiado (unidade) .....	97
13.6. Iniciativa 722.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu. Entrega 45-Área urbanizada (unidade) .....	97
14. Programa Resíduos Sólidos (726) .....	99
14.1. Iniciativa 726.1.01 - Qualificação da gestão de resíduos sólidos no âmbito regional e municipal. ....	99
14.1.1. Entrega 1509-Assessoria realizada (unidade) .....	99
14.1.2. Entrega 1721-Manual técnico disponibilizado (unidade).....	100
14.2. Iniciativa 726.1.02 - Expansão dos serviços de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos.....	100
14.2.1. Entrega 1496-Central de Tratamento Implantada (unidade).....	100
14.2.2. Entrega 1722-Unidade de Tratamento Implantada (unidade).....	101
14.2.3. Entrega 475-Projeto elaborado (unidade).....	102
14.3. Iniciativa 726.1.03 - Expansão da atividade econômica da reciclagem. Entrega 1725-Catador beneficiado (unidade).....	103
14.4. Iniciativa 726.1.04 - Promoção dos serviços de apoio técnico e operacional para o desenvolvimento urbano. Entrega 467-Projeto apoiado (unidade) .....	104

## Apresentação

A proposta de governo 7 Ceará – pactuada junto a sociedade cearense integra 7 eixos de articulação que compõem o Plano Plurianual 2020-2023, conforme estabelece a Lei Estadual Nº17.160, de 27 de dezembro de 2019, alterada pela Lei Nº17.327, de 23 de outubro de 2020:

- 1 - Ceará da Gestão Democrática por Resultados
- 2 - Ceará Acolhedor
- 3 - Ceará de Oportunidades
- 4 - Ceará Sustentável
- 5 - Ceará do Conhecimento
- 6 - Ceará Saudável e
- 7 - Ceará Pacífico

A Secretaria das Cidades, cuja missão institucional é “Promover o desenvolvimento equilibrado das cidades e regiões do Ceará por meio de ações de estruturação urbana, habitação, saneamento básico, mobilidade, trânsito e fortalecimento institucional dos municípios” está inserida em 5 eixos de articulação: Ceará da Gestão Democrática por Resultados, Ceará Acolhedor, Ceará de Oportunidades, Ceará Sustentável e Ceará Saudável.

No Eixo **Ceará da Gestão Democrática por Resultados** a Secretaria das Cidades está relacionada ao tema Planejamento e Modernização da Gestão, no Resultado temático “Planejamento e gestão pública estadual inovadora, eficiente e efetiva, respeitando os compromissos pactuados para o atendimento das necessidades e demandas sociais das regiões do estado”. É gestora do Programa Governança Interfederativa das Regiões cujo objetivo é ampliar a capacidade da gestão dos municípios do Estado do Ceará em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum. Acompanha os indicadores programáticos:

**Municípios com participação cidadã por meio do Conselho da Cidade no planejamento e gestão urbana;**

**Municípios com Plano Diretor;**

**Municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária e elaboraram políticas relacionadas;**

**Regiões de Planejamento beneficiadas com capacitação em gestão pública;**

**Regiões Metropolitanas com Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) elaborado**

No Eixo **Ceará Acolhedor**, a Secretaria está relacionada ao tema Acesso à terra e moradia, no Resultado temático de Governo “Proporcionar moradia digna à população, com segurança jurídica, para o enfrentamento do déficit habitacional urbano” e acompanhou o indicador temático de governo **Famílias beneficiadas com título de propriedade urbana.**

Nesse mesmo tema, em nível programático, é responsável pelo programa Habitação e Regularização Fundiária Urbana no Resultado “Famílias em situação de vulnerabilidade social com moradia integrada aos serviços e equipamentos públicos”, cuja evolução é acompanhada por meio de 3 (três) indicadores programáticos:

**Acumulado de imóveis com cadastro georreferenciado;**

**Evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana; e**

**Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área urbana.**

Ainda no tema, é responsável pelo programa Habitação de Interesse Social na Área Rural no resultado “Famílias em situação de vulnerabilidade social residentes em domicílios considerados precários ou que não possuem moradia na área rural” e acompanha os indicadores:

**Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área rural;**  
**Evolução do número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área rural.**

No Eixo **Ceará de Oportunidades**, a Secretaria está relacionada ao tema Infraestrutura e Mobilidade, no Resultado temático “Infraestrutura e mobilidade asseguradas para o desenvolvimento sustentável, nos espaços rurais e urbanos de todas as regiões do estado”. Acompanhou a evolução desse resultado por meio do indicador temáticos: **Municípios com áreas urbanas requalificadas.**

Nesse mesmo tema, é gestora do programa Promoção da Requalificação Urbana, no Resultado “Requalificar espaços públicos para a melhoria da convivência social, desenvolvimento econômico e melhoria dos serviços públicos, com foco em áreas de maior vulnerabilidade”. Acompanha o indicador **Área urbana requalificada.**

No Eixo **Ceará Saudável**, a Secretaria das Cidades está relacionada ao tema Saneamento Básico no Resultado temático “População com garantia de saneamento básico de qualidade, nos espaços urbanos e rurais”. É gestora do programa Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana cujo objetivo é ampliar o acesso da população cearense aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem em condições adequadas. Acompanha a evolução desse resultado por meio de 2 (dois) indicadores programáticos:

**População urbana coberta por Sistema de Abastecimento de Água Tratada;**  
**População urbana coberta por Sistema de Esgotamento Sanitário.**

Ressalte-se que o esforço de trabalho da entidade vinculada do órgão Secretaria das Cidades, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), assim como dos demais prestadores de serviços, contribuem para a evolução dos indicadores de saneamento básico, notadamente de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

A Secretaria também passa a ser gestora do programa Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural cujo objetivo é ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Acompanha a evolução desse resultado por meio dos seguintes indicadores programáticos:

**Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)**

**Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)**

No Eixo **Ceará Sustentável**, a Secretaria está relacionada ao tema Meio Ambiente, no Resultado temático “Recursos ambientais com uso racional e sustentável”. Nesse tema é responsável pelo programa Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas cujo objetivo é “Melhorar as condições socioambientais da população nas áreas urbanas degradadas”, cujo acompanhamento é realizado por meio do Indicador: **Área de risco eliminada.**

A Secretaria das Cidades atuou em 2020 no papel de Órgão Executor de iniciativas-Entregas do PPA 2020-2023 em 14 (quatorze) Programas de Governo:

Quadro 1 – Programas de Governo – Órgão Executor – Secretaria das Cidades – 2020.

Ord	Programa	Tema
1.	111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana	1.1 - Acesso à terra e moradia
2.	113 - Habitação de Interesse Social na área rural	
3.	211 - Gestão Administrativa do Ceará	2.1 - Administração geral
4.	212 - Encargos Gerais do Estado	
5.	222 - Gestão e Desenvolvimento estratégico de pessoas	2.2 - Gestão e desenvolvimento de pessoas
6.	241 - Governança Interfederativa das Regiões	2.4 - Planejamento e modernização da gestão
7.	331 - Atração e Desenvolvimento Industrial	3.3 - Indústria
8.	341 - Promoção da Requalificação Urbana	3.4 - Infraestrutura e mobilidade
9.	343 - Mobilidade, Trânsito e Transporte	
10.	621 - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana	6.2 - Saneamento básico
11.	622 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural	
12.	711 - Matriz Energética do Estado do Ceará	7.1 - Energias
13.	722 - Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas	7.2 - Meio ambiente
14.	726 - Resíduos Sólidos	

Dos 14 (quatorze) Programas, 13 (treze) são objeto do Monitoramento do Plano Plurianual (PPA), processo coordenado pela Seplag que, em síntese, consiste no acompanhamento de Entregas, monitoramento de iniciativas prioritizadas e no monitoramento de Programas de Governo. É executado por meio da ferramenta informatizada Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

Vale informar que o Programa Encargos Gerais do Estado (212) é de suporte/apoio e que, por esse motivo, não faz parte do escopo do processo de Monitoramento do PPA.

A Secretaria das Cidades desempenhou, ainda, o papel de Órgão Gestor de 7 (sete) Programas de Governo do PPA: 111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana; 113 - Habitação de Interesse Social na área rural; 241 - Governança Interfederativa das Regiões; 341 - Promoção da Requalificação Urbana; 621 - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana; 622 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural e 722 - Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas.

No esforço de trabalho de monitorar o PPA 2020-2023, que inclui o acompanhamento dos resultados temáticos e programáticos citados neste documento, a Secretaria das Cidades articulou em 2020 junto a 25 (vinte e cinco) atores, dos quais 11 (onze) áreas do órgão Secretaria das Cidades, 2 (duas) entidades vinculadas, 1(um) Fundo estadual e 11 (onze) órgãos do poder executivo.

As 11 (onze) áreas do órgão Secretaria das Cidades são:

1. Coordenadoria de Saneamento – Cosan;
2. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – Cdis;
3. Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento – Codip;
4. Coordenadoria Administrativo-financeira – Coafi;



5. Unidade de Gerenciamento do Programa Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Cidades do Ceará – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú – UGP II;
6. Unidade de Gerenciamento do Programa Águas do Sertão – UGP PAS;
7. Coordenadoria de Revitalização de áreas degradadas e drenagem – RMF – COREV;
8. Coordenadoria de Obras Urbanas – Courb;
9. Coordenadoria de Regularização Fundiária – COREF;
10. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano – Codur; e
11. Conselho Estadual das Cidades – ConCidades-CE.

As 2 (duas) entidades vinculadas ao órgão Secretaria das Cidades são a Companhia de Água e Esgoto do Ceará–Cagece e a Superintendência de Obras Públicas–SOP. O Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB).

Os outros 11 (onze) órgãos do Poder Executivo são a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA); a Secretaria da Infraestrutura (Seinfra); a Secretaria do Meio Ambiente (Sema); a Secretaria do Turismo (Setur); a Secretaria da Fazenda (Sefaz); a Secretaria da Saúde (SESA); a Secretaria de Planejamento e Gestão (Sepalg); a Secretaria do Desenvolvimento Econômico (Sedet); o Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN-CE; a Companhia de Habitação do Ceará – Em Liquidação (Cohab-Em liquidação); e a Central de Abastecimento do Ceara S.A. (Ceasa).

## RESULTADOS E INDICADORES TEMÁTICOS E PROGRAMÁTICOS

### Eixo Ceará Acolhedor

Tabela 1 – Indicadores Temáticos de Governo – Tema: Acesso à terra e moradia

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período				
		2016	2017	2018	2019	2020 <sup>2</sup>
Famílias beneficiadas com título de propriedade urbana (%) <sup>1</sup>	SCIDADES e COHAB	-	-	-	-	0,17%

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

<sup>1</sup> O indicador está sendo calculado pela primeira vez neste PPA

<sup>2</sup> Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em fevereiro de 2021.

Tabela 2 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa: 111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período				
		2016	2017	2018	2019	2020 <sup>2</sup>
Acumulado de imóveis com cadastro georreferenciado (%) <sup>1</sup>	SCIDADES	-	-	-	-	14,28
Evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana <sup>3</sup>	SCIDADES	7.178	11.892	22.947	26.961	27.171
Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área urbana	SCIDADES	0	0	0	0	0

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

<sup>1</sup> O indicador está sendo calculado pela primeira vez neste PPA

<sup>2</sup> Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em fevereiro de 2021.

<sup>3</sup> Houve uma atualização dos valores do indicador nos anos de 2018 e 2019, ficando em 22.947 e 26.961 famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área urbana.

Tabela 3 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa: 113 - Habitação de interesse social na área rural

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período				
		2016	2017	2018	2019	2020 <sup>2</sup>
Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área rural	SCIDADES	3139	4624	7027	8875	11465
Evolução do número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área rural <sup>3</sup>	SCIDADES	518	662	943	969	969

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

<sup>1</sup> O indicador está sendo calculado pela primeira vez neste PPA

<sup>2</sup> Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em fevereiro de 2021.

<sup>3</sup> Os quantitativos de 2018 e 2019 foram atualizados, ficando em 943 e 969 famílias beneficiadas, respectivamente.

## **1. Tema Acesso à terra e moradia**

Resultado Temático: Famílias com moradia digna, legal e integrada aos serviços e equipamentos públicos, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade social

### **1.1. Indicador Famílias beneficiadas com título de propriedade urbana (%)**

O indicador mostra o percentual acumulado de famílias beneficiadas com título de propriedade urbana no período. Os imóveis são oriundos dos programas habitacionais do Estado e Federal com passivo de regularização fundiária. Os títulos serão entregues através da Companhia de Habitação do Estado do Ceará (Cohab-em liquidação) e por meio da Coordenadoria de Regularização Fundiária da Secretaria das Cidades. Há quase 75.000 títulos a serem entregues no âmbito do Ceará, sendo 66.700 referentes ao passivo da Cohab.

Após a escolha da área a ser regularizada, o papel da Secretaria das Cidades no processo de regularização começa no cadastro dos imóveis a ser regularizados, o georreferenciamento, a composição das peças técnicas e finaliza com a solicitação ao cartório. A partir daí os cartórios devolvem os títulos a Secretaria das Cidades ou Cohab para entrega dos mesmos aos beneficiários. Para os próximos quatro anos, o programa pretende garantir a segurança jurídica a 19.362 famílias, reduzindo o passivo em torno de 25%.

A meta do indicador no PPA foi projetada para alcançar 6,62%. Até o final de 2020 foram entregues 128 títulos no Conjunto Palmeiras em parceria com a Prefeitura de Fortaleza, alcançando apenas 0,17% do previsto. A Cohab produziu 895 títulos em 2020 e 813 em 2019. No total 1.708 títulos estão prontos aguardando a entrega no evento Papel da Casa em parceria com a Prefeitura de Fortaleza e Tribunal de Justiça. No entanto, devido à pandemia não foi possível fazer a entrega.

O baixo desempenho se deu pela ocorrência da pandemia que paralisou as atividades e também pela dificuldade em negociar com os cartórios para a emissão dos títulos.

### **1.2. Programa 111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana**

Objetivo: proporcionar moradia digna à população, com segurança jurídica, para o enfrentamento do déficit habitacional urbano

#### **1.2.1. Indicador Acumulado de imóveis com cadastro georreferenciado (%)**

O indicador “Famílias beneficiadas com título de propriedade urbana (%)” mostra o percentual acumulado de imóveis com cadastro georreferenciado. Após a escolha da área a ser regularizada, o papel da Secretaria das Cidades no processo de regularização começa no cadastro dos imóveis a ser regularizados, em seguida passa pelo georreferenciamento dos imóveis, a composição das peças técnicas e finaliza com a solicitação ao cartório. O georreferenciamento é o esforço da Secretaria das Cidades e é realizado através de contrato de gestão. Os imóveis a serem titulados são oriundos dos programas habitacionais do Estado e Federal com passivo de regularização fundiária.

A fonte de informação do indicador é a Secretaria das Cidades (Scidades), por meio da Coordenadoria de Regularização Fundiária (COREF).

A meta do indicador no PPA para 2020 foi projetada para alcançar 26%. No entanto, na assinatura do Acordo de Resultados essa meta foi pactuada em 48,96% decorrente da previsão de entrega de 9.489 imóveis georreferenciados.

No período em análise foram realizados 737 georreferenciamentos no Bairro Seminário-Crato, 500 georreferenciamentos de imóveis no Projeto Gato Morto, 612 georreferenciamentos no Residencial Ademir Martins, referente ao Projeto Rio Maranguapinho e 918 imóveis, no âmbito do Projeto Farol Novo. O indicador atingiu 14,28% quando o esperado seria 48,96%. O baixo desempenho se deu pela ocorrência da pandemia que paralisou as atividades.

### **1.2.2. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana**

O indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana mostra o número acumulado de famílias em vulnerabilidade social que foram beneficiadas pelo Estado com unidades habitacionais através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), das iniciativas dos programas de requalificação urbana reassentando as famílias das áreas de risco, a exemplo, o Projeto Rio Maranguapinho e Projeto Dendê e através do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu.

A meta do PPA para o ano de 2020 é de 26.004 UH. No entanto, pelo fato da meta ser prevista em meados de 2019, a mesma foi ultrapassada ainda naquele ano, sendo necessária uma reprogramação nos anos seguintes. Conforme pactuação do Acordo de Resultados, a meta para o indicador em 2020 é de 28.723 UH, considerando a entrega de 1.286 UH. O indicador foi repactuado em julho/2020 já contando com os efeitos da pandemia.

No período em análise foram entregues 210 UH referentes ao Residencial Yolanda Queiroz, por meio de reassentamento de moradores do Projeto Dendê e nenhuma entrega pelo PMCMV.

O empreendimento Alto da Paz II, com 317 unidades, não foi concluído, e a entrega foi novamente adiada para 2021. A retomada da construção dos módulos III, IV e V do Residencial Cidade Jardim I, com, respectivamente, 416, 1.296 e 880 unidades, cujas obras estavam paralisadas, foi autorizada pelo MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional e a assinatura simbólica do contrato ocorreu no dia 25/06/2020, no Palácio da Abolição. A entrega das unidades dos 3 empreendimentos deve ocorrer durante o ano de 2021.

Ainda estava prevista a entrega 128 unidades habitacionais do Residencial Santo Sátiro, no Bairro Acaracuzinho, no Município de Maracanaú, ligado ao componente de habitação do Projeto Rio Maranguapinho. A obra de construção do Residencial Santo Sátiro encontrava-se, em dezembro/2017, com 47% dos serviços executados. Além disso, a Construtora desistiu da obra, alegando dificuldades financeiras, a obra foi paralisada, o contrato venceu em março de 2017. O Residencial Santo Sátiro estava invadido desde novembro de 2017.

Foi realizado o levantamento dos serviços restantes para conclusão da obra e respectivo orçamento encaminhado para CAIXA para aprovação e posterior licitação. Em Agosto/18 foi encaminhado à Caixa as respostas às últimas pendências apontadas e em 2019 a licitação. Previsão de entrega em 2021.

Além dos motivos apontados, as entregas foram abaixo do previsto devido à paralisação das obras decorrentes da pandemia do novo Coronavírus.

### **1.2.3. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área urbana**

O indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área urbana mostra o número de famílias acumulado em vulnerabilidade social que foram beneficiadas pelo Estado por meio de reformas e construção/melhoria de unidades sanitárias domiciliar.

Contribuem para o indicador as famílias que serão beneficiadas pelo Projeto Dendê, pelas melhorias das unidades do PMCMV e pelas melhorias das condições físicas das unidades habitacionais do assentamento precário Beco do Samasa, à beira da Lagoa de Porangabussu.

A meta para o ano de 2020 está prevista em 100 famílias beneficiadas. No período em análise não foi feita nenhuma entrega. A SCidades planejou a construção de unidades sanitárias por meio do Projeto Dendê e está aguardando a entrega da estação elevatória necessária para captação de esgotos pela Cagece. A construção dos banheiros só será possível quando concluída a estação elevatória.

Não houve ainda divulgação do Programa Cartão Reforma por parte do Governo Federal.

### **1.3. Programa 113 - Habitação de interesse social na área rural**

Objetivo: Proporcionar moradia digna à população para o enfrentamento do déficit habitacional rural

#### **1.3.1. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área rural**

O indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área rural mostra a quantidade acumulada de famílias atendidas com a entrega de fogão sustentável no meio rural.

A meta para 2020 é chegar a 11.905 famílias beneficiadas por meio da entrega de 3.030 fogões no ano. No período em análise foram entregues 2.590 fogões, alcançando um acumulado de 11.465 famílias beneficiadas.

Havia a previsão de entrega de 2.020 fogões até o final do ano, segundo o acompanhamento do Acordo de Resultados. A seleção dos beneficiários já foi concluída e já foram visitadas entidades em 30 municípios até o mês de novembro.

As dificuldades enfrentadas no ano foram em decorrência da pandemia que atrasou as atividades. Também houve demora na aprovação de recursos para a atividade.

### **1.3.2. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área rural**

O indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área rural mostra o número acumulado de famílias em vulnerabilidade social que foram beneficiadas pelo Estado com unidades habitacionais através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e de outros similares. A secretaria se inscreveu ainda em um programa da Funasa - Fundação Nacional de Saúde, para substituição de 1000 casas de taipa em 10 municípios, mas ainda não houve andamento no processo.

No período em análise não foi entregue nenhuma unidade habitacional no meio rural e devido à pandemia e à indefinição da nova política de habitação do Governo Federal não deve haver entrega no ano.

Os quantitativos de 2018 e 2019 foram atualizados, ficando em 943 e 969 famílias beneficiadas, respectivamente.

## Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados

Tabela 4 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa: 241 - Governança Interfederativa das Regiões

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período				
		2016	2017	2018	2019	2020 <sup>2</sup>
Municípios com Plano Diretor	SCIDADES	-	-	15,76%	15,76%	15,76%
Municípios com participação cidadã por meio do Conselho da Cidade no planejamento e gestão urbana	SCIDADES	-	-	14,67%	14,67%	14,67%
Municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária e elaboraram políticas relacionadas	SCIDADES	-	-	75,00%	75,00%	75,00%
Regiões Metropolitanas com Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) elaborado	SCIDADES	-	-	33,33%	33,33%	33,33%
Regiões de Planejamento beneficiadas com capacitação em gestão pública	SCIDADES	-	-	35,71%	35,71%	35,71%

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

<sup>1</sup> Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em fevereiro de 2021.

## **2. Tema Planejamento e Modernização da Gestão**

Resultado temático: Planejamento e gestão pública estadual inovadora, eficiente e efetiva, respeitando os compromissos pactuados para o atendimento das necessidades e demandas sociais das regiões do estado.

### **2.1. Programa 241 - Governança Interfederativa das Regiões**

Objetivo: Ampliar a capacidade da gestão dos municípios do Estado do Ceará em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.

#### **2.1.1. Indicador Municípios com Plano Diretor**

O indicador "Municípios com Plano Diretor" mostra o número de municípios que elaboraram Plano Diretor em relação ao total de municípios cearenses. De acordo com dados levantados para 2018, são apenas 29 municípios com Plano Diretor no Estado. Serão priorizados os municípios que constituem as Regiões Metropolitanas do Estado do Ceará, seguido dos municípios que possuam mais de 20 mil habitantes.

Não havia perspectiva de aumentar o indicador no ano de 2020 pois não estava previstas entregas relacionadas à elaboração de plano diretor.

O Planejamento Urbano exige uma equipe Técnica multidisciplinar para ser realizado, como também exige a participação popular/representativa no processo de elaboração por meio de audiências e seminários públicos. Para realizá-lo é preciso que seja aprovado um novo contrato de gestão para dar continuidade aos trabalhos relacionados a Governança Interfederativa no Estado do Ceará, tal fato que ainda não foi realizado. Contudo, devido ao problema de disseminação do Covid-19 no estado, bem como os decretos que foram publicados pelo Governo do estado do Ceará, que restringem a circulação de pessoas, as aglomerações bem como a celebração de novos contratos, surge como um impedimento para dar continuidade ainda esse ano aos trabalhos de planejamentos urbanos realizados por secretaria.

Além desses fatores, a adesão da Gestão municipal à proposta do Plano Diretor Participativo faz-se imprescindível para o desenvolvimento do mesmo.

#### **2.1.2. Indicador Municípios com participação cidadã por meio do Conselho da Cidade no planejamento e gestão urbana**

O indicador Municípios com participação cidadã por meio do Conselho da Cidade no planejamento e gestão urbana mostra a proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana que opera de forma regular e democrática.

As cidades promovem a participação cidadã direta da sociedade civil, por meio de conselhos cidades ou outros instrumentos, nos processos de planejamento e gestão urbana em relação ao total de 184 cidades no estado.

A meta para 2020 era chegar 16,85% dos municípios cearenses. No entanto, não há perspectiva de alcançar a meta. A manutenção do Conselho Estadual é fundamental na execução das atividades que contribuem para o indicador. Entretanto, devido a não inclusão das ações de execução das iniciativas/entregas no contrato de gestão 2020/2021; falta de equipe técnica de recursos financeiros suficientes para ações planejadas; e ao surgimento da pandemia, as atividades não têm sido realizadas.

### **2.1.3. Indicador Municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária e elaboraram políticas relacionadas**

O indicador Municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária e elaboraram políticas relacionadas mostra o número de municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária e elaboraram políticas relacionadas em relação ao número de municípios que receberam consultoria. De acordo com informações, foram 8 municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária até 2018 e 6 municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária e elaboraram políticas relacionadas.

Não havia previsão de entrega que impactasse na meta para 2020.

O Planejamento Urbano exige uma equipe Técnica multidisciplinar para ser realizado, como também exige a participação popular/representativa no processo de elaboração por meio de audiências e seminários públicos. Para realizá-lo é preciso que seja aprovado um novo contrato de gestão para dar continuidade aos trabalhos relacionados a Governança Interfederativa no Estado do Ceará, tal fato que ainda não foi realizado. Contudo, devido ao problema de disseminação do Covid-19 no estado, bem como os decretos que foram publicados pelo Governo do estado do Ceará, que restringem a circulação de pessoas, as aglomerações bem como a celebração de novos contratos, surge como um impedimento para dar continuidade ainda esse ano aos trabalhos de planejamentos urbanos realizados por secretaria.

Torna-se imprescindível a colaboração das gestões municipais para o acesso aos dados necessários para composição do indicador e cooperação dos mesmos para a elaboração de políticas relacionadas à gestão fiscal e tributária.

### **2.1.4. Indicador Regiões Metropolitanas com Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) elaborado**

O indicador Regiões Metropolitanas com Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) elaborado mostra o número de Regiões Metropolitanas que possuem o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) elaborado em relação ao total de Regiões Metropolitanas cearenses. Apenas a Região Metropolitana de Sobral apresentou PDUI elaborado no ano de 2018.

A meta para 2020 era alcançar 66,67% entregando o PDUI da Região do Cariri, mas não há previsão de entrega do mesmo.

O Planejamento Urbano exige uma equipe Técnica multidisciplinar para ser realizado, como também exige a participação popular/representativa no processo de elaboração por meio de audiências e seminários públicos. Para realizá-lo é preciso que seja aprovado um novo contrato de gestão para dar continuidade aos trabalhos relacionados a Governança Interfederativa no Estado do Ceará, tal fato que ainda não foi realizado. Contudo, devido ao problema de disseminação do Covid-19 no estado, bem como os decretos que foram publicados pelo Governo do estado do Ceará, que restringem a circulação de pessoas, as aglomerações bem como a celebração de novos contratos, surge como um impedimento para dar continuidade ainda esse ano aos trabalhos de planejamentos urbanos realizados por secretaria.

### **2.1.5. Indicador Regiões de Planejamento beneficiadas com capacitação em gestão pública**

O indicador Regiões de Planejamento beneficiadas com capacitação em gestão pública mostra o número de Regiões de Planejamento beneficiadas com capacitação em gestão pública em relação ao número de Regiões de Planejamento do Estado do Ceará. Até 2018 foram contempladas 5 Regiões de Planejamento.

Não havia perspectiva de aumentar o indicador no ano de 2020 pois não estava previstas entregas relacionadas à capacitação em gestão pública.

O Planejamento Urbano exige uma equipe Técnica multidisciplinar para ser realizado, como também exige a participação popular/representativa no processo de elaboração por meio de audiências e seminários públicos. Para realizá-lo é preciso que seja aprovado um novo contrato de gestão para dar continuidade aos trabalhos relacionados a Governança Interfederativa no Estado do Ceará, tal fato que ainda não foi realizado. Contudo, devido ao problema de disseminação do Covid-19 no estado, bem como os decretos que foram publicados pelo Governo do estado do Ceará, que restringem a circulação de pessoas, as aglomerações bem como a celebração de novos contratos, surge como um impedimento para dar continuidade ainda esse ano aos trabalhos de planejamentos urbanos realizados por secretaria.

## Eixo Ceará de Oportunidades

Tabela 5 – Indicadores Temáticos de Governo – Tema: Infraestrutura e Mobilidade

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período <sup>2</sup>				
		2016	2017	2018	2019	2020 <sup>3</sup>
Municípios com áreas urbanas requalificada (%) <sup>1</sup>	SCIDADES/ SEINFRA/ DETRAN	25,00%	51,09%	58,15%	59,78%	67,93%

Fonte: Secretaria das Cidades.

Notas:

<sup>1</sup> O indicador está sendo calculado pela primeira vez neste PPA

<sup>2</sup> Até 2019 foram utilizadas apenas as informações das entregas realizadas pela Secretaria das Cidades. A partir de 2020 passa a contar com as informações dos demais órgãos

<sup>3</sup> Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em fevereiro de 2021.

Tabela 6 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa: 341 - Promoção da Requalificação Urbana

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período <sup>1</sup>				
		2016	2017	2018	2019	2020 <sup>2</sup>
Área urbana requalificada (metros quadrados)	SCIDADES/ SEINFRA/ DETRAN	385.282,96	1.027.393,32	381.934,04	760.004,65	827.840,50

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

<sup>1</sup> Até 2019, o indicador foi calculado apenas com informações da SCidades. A partir de 2020 passa a contar com as informações dos demais órgãos.

<sup>2</sup> Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em fevereiro de 2021.

### 3. Tema Infraestrutura e Mobilidade

Resultado temático: Infraestrutura e mobilidade asseguradas para o desenvolvimento sustentável, nos espaços rurais e urbanos de todas as regiões do estado.

#### 3.1. Indicador Municípios com áreas urbanas requalificada (%)

O indicador **Municípios com áreas urbanas requalificadas (%)** representa o percentual de municípios com áreas urbanas requalificadas em relação ao total de municípios do Estado do Ceará. Os municípios são beneficiados com obras requalificação de espaços públicos urbanos e requalificação viária.

Contribuem para o indicador as entregas realizadas pela SCidades, por meio da Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb) e da Unidade de Gerenciamento do Projeto Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Cidades do Ceará – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II). Além da secretaria, contribuem as entregas realizadas pela Secretaria de Infraestrutura – Seinfra e pelo Departamento Estadual de Trânsito – Detran. No entanto, os valores da série histórica de 2016 a 2019 foram calculados apenas com as informações da Secretaria das Cidades. Apenas em 2020 passou a utilizar as informações dos demais órgãos (Tabela 5).

A meta para 2020 era chegar a 69,57% dos municípios cearenses com áreas urbanas requalificadas, ou seja, 128 municípios.

Compõem o indicador as entregas relacionadas à requalificação viária e requalificação de espaços públicos. No período de janeiro a dezembro foram beneficiados 54 municípios com obras de requalificação urbana, sendo 47 municípios com obras de requalificação viária e 12 municípios com obras em espaços públicos (Tabela 7).

Retirando os municípios que já foram beneficiados anteriormente, de 2016 a 2020 foi registrada a entrega em 125 municípios, alcançando um total de 67,93% dos municípios cearenses.

As principais dificuldades para não alcançar a meta estão relacionadas à pandemia, pois muitas obras foram paralisadas e os órgãos tiveram seu cronograma de fiscalização paralisado; e aos limites financeiros que foram reduzidos por parte do Cogerf – Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal por conta da crise econômica em decorrência da pandemia; regularização dos cadastros das Prefeituras proponentes, relacionados a apresentação de planos de trabalho/projetos básicos, licitação e contratação de obras e serviços de engenharia ou a aquisição de bens, apresentação das prestações de contas para comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, regularização das situações de inadimplência financeira; restrição de recursos financeiros para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Tabela 7 – Áreas Urbanas Requalificadas – Secretaria das Cidades – 2020.

	Tipo	Quantidade	Municípios*	Total (m <sup>2</sup> )
Requalificação Viária	Pedra tosca	50	35	539.533,93
	Paralelepípedo	11	10	94.853,96
	Asfáltica	3	3	25.958,12
	Calçada	2	2	5.115,86
	Pontes	1	1	223,06
	Melhoria da Iluminação	1	1	6.000,00
	<b>Total</b>		<b>68</b>	<b>47</b>
Espaços públicos	Praça	5	5	6.485,07
	Urbanização	4	3	117.282,04
	Mercado	2	2	2.147,67
	Urbanização de lagoas	1	1	24.568,40
	Estádio	1	1	5.536,84
	Rodoviária	1	1	135,55
	<b>Total</b>		<b>13</b>	<b>12</b>
<b>Total</b>		<b>81</b>	<b>54</b>	<b>827.840,50</b>

Fonte: Secretaria das Cidades/Courb e UGP II. Secretaria da Infraestrutura.

Nota:

\*municípios beneficiados com mais de uma obra são contados uma única vez. Não corresponde à soma da coluna.

### 3.2. Programa 341 - Promoção da Requalificação Urbana

Objetivo: Requalificar espaços públicos para a melhoria da convivência social, desenvolvimento econômico e melhoria dos serviços públicos, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.

#### 3.2.1. Indicador Área urbana requalificada (m<sup>2</sup>)

O indicador representa o somatório de áreas urbanas requalificadas através do programa Promoção da Requalificação Urbana. Os valores da série histórica de 2016 a 2019 foi calculado apenas com as informações da Secretaria das Cidades.

O indicador é obtido pela soma das entregas Via Pavimentada, Via Implantada e Espaço Urbano Requalificado. A meta para 2020 é chegar a 809.357,00 metros quadrados de área urbana requalificada, sendo que 19,3% provenientes de entregas da SCidades, 12,4% de entregas da Seinfra e 68,3% de entregas do Detran.



No período de janeiro a dezembro foi registrada a entrega de 827.840,50 metros quadrado (Tabela 7), correspondendo a 102,3% da meta. O aumento no indicador deu-se graças ao retorno das atividades presenciais que possibilitou as visitas dos fiscais ao campo a fim de atestarem a conclusão das obras e liberação dos limites financeiros. Em relação ao Detran, o órgão não realizou as entregas previstas devido às resoluções governamentais de contingenciamento de gastos em virtude da pandemia de coronavírus.

## Eixo Ceará Saudável

Tabela 8 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa 621 - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período				
		2016	2017	2018	2019	2020 <sup>2</sup>
População urbana coberta por sistema de abastecimento de água tratada	SCIDADES	92,05	89,98	92,00	91,88 <sup>1</sup>	...
População urbana coberta por sistema de esgotamento sanitário	SCIDADES	38,24	37,60	39,60	40,60 <sup>1</sup>	...

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

<sup>1</sup> Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em fevereiro de 2021.

<sup>2</sup> Dados de 2018 e 2019 atualizados em 01/03/2021 com base nas informações do SNIS, dos prestadores de serviço de saneamento e das prefeituras municipais, que têm seu resultado final consolidado bienalmente.

Tabela 9 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa 622 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período				
		2016	2017	2018	2019 <sup>1</sup>	2020 <sup>2</sup>
Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)	SCIDADES	117.141	132.163	145.347	161.771	176.870
Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)	SCIDADES	143.124	162.743	180.909	200.342	215.034

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

<sup>1</sup> Os quantitativos de ligações ativas e totais para os anos de 2019 e 2020 foram alterados devido à uma atualização encaminhada pelo Instituto SISAR através da GESAR - Gerência de Saneamento Rural da Cagece. Atualizado em fevereiro/2021.

<sup>2</sup> Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em fevereiro de 2021.

#### **4. Tema Saneamento Básico**

Resultado Temático: População com garantia de saneamento básico de qualidade, nos espaços urbanos e rurais.

##### **4.1. Programa 621 - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana**

Objetivo: Ampliar o acesso da população cearense aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem em condições adequadas.

##### **4.1.1. Indicador População urbana coberta por sistema de abastecimento de água tratada**

O indicador População urbana coberta com Sistema de Abastecimento de Água tratada refere-se ao percentual da população urbana coberta com rede de distribuição de água no Estado do Ceará.

A política de saneamento urbano é coordenada pela Secretaria das Cidades (SCidades) por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan), de acordo com a Lei Complementar nº 162/2016.

Os municípios podem atribuir a regulação dos serviços de saneamento à Agência Reguladora de Serviços Delegados do Estado do Ceará (Arce). No caso dos municípios operados pela Cagece, a Lei nº 14.394/2009 define a Agência como regulador até que o poder público municipal delibere em contrário.

No município de Fortaleza, essa atividade é realizada por meio da Autarquia de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR).

Em referência ao abastecimento de água, os serviços de saneamento em áreas urbanas do Estado foram ofertados pela Cagece em 152 municípios; pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE) em 29 municípios; e pelas prefeituras municipais em quatro municípios, contabilizando a cobertura total de água no estado em 91,88%. Observando-se que o município de Sobral, apresenta os serviços de abastecimento de água urbano do SAAE na sede municipal e CAGECE na sede urbana de alguns distritos, justificando-se, 1 número a mais além dos 184 municípios (SNIS, 2019).

A meta para 2020 era chegar a 92,65% da população coberta com água tratada. No entanto, com a redução do indicador no ano de 2019 e com as paralisações das obras causadas pela pandemia, o indicador deverá ter um crescimento inferior ao esperado e a meta não deverá ser alcançada no ano de 2020. Vale ressaltar que o indicador apresenta uma redução em relação ao ano anterior em virtude do crescimento populacional ser superior ao número de população beneficiada com a entrega.

Relacionado ao Estado, a demora nos repasses e nas aprovações dos projetos por parte do agente financiador, os entraves próprios dos licenciamentos ambientais, processos licitatórios e a pandemia

foram os principais problemas relacionados à entrega dos sistemas e conseqüentemente do indicador.

Outro problema relacionado ao acompanhamento do indicador, é causado pelos municípios não operados pela Cagece, cita-se a imprecisão e a falta de repasse das informações.

O resultado final de 2020 só deverá ser conhecido no segundo semestre de 2021.

Em 2019, o percentual da população urbana coberta com abastecimento de água é de 91,88% e beneficiou aproximadamente 6.502.848 habitantes do Estado. Esse desempenho considera principalmente os investimentos da Cagece para o setor.

Analisando somente os municípios atendidos pela Companhia em 2019, o percentual da população coberta com abastecimento de água é de 98,31%, e beneficiou aproximadamente 5.465.900 habitantes, em 334 localidades (SEI NOVO – CAGECE, 2020). Para o ano de 2020 a informação percentual de 98,44%, a quantidade de habitantes é 5.550.900, e de localidades é 337 (SEI NOVO – CAGECE, 2020).

No período de 2016-2019 o indicador apresentou uma queda de 0,18%. Um dos problemas no acompanhamento do indicador, causado pelos municípios não operados pela Cagece, cita-se a imprecisão e a falta de repasse das informações, podendo-se atribuir, em parte, a esses fatores, a redução do valor do indicador no período 2016-2019.

Considerando somente os municípios operados pela Cagece, registra-se, nesse mesmo período, um crescimento de 0,08% do indicador de cobertura de água, evoluindo de 98,36% para 98,31%. Neste período, muitos investimentos realizados no setor foram voltados à convivência com a seca, o que quer dizer a implantação de novos mananciais a sistemas já existentes.

#### **4.1.2. Indicador População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário**

O indicador População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário refere-se ao percentual da população urbana coberta com rede coletora de esgoto no Estado do Ceará.

A política de saneamento urbano é coordenada pela Secretaria das Cidades (Scidades) por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan), de acordo com a Lei Complementar nº 162/2016.

Os municípios podem atribuir a regulação dos serviços de saneamento à Agência Reguladora de Serviços Delegados do Estado do Ceará (Arce). No caso dos municípios operados pela Cagece, a Lei nº 14.394/2009 define a Agência como regulador até que o poder público municipal delibere em contrário. No município de Fortaleza, essa atividade é realizada por meio da Autarquia de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR).

Até o ano de 2019, os serviços foram ofertados pela Cagece em 74 municípios; pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs), em 20 municípios; e pelas das prefeituras municipais em dois municípios. Os demais municípios ou não possuem informação, ou não possuem sistema de esgotamento sanitário.

Em 2019, o percentual da população urbana coberta com esgotamento sanitário é de 40,60% beneficiando aproximadamente 2.891.757 habitantes do Estado.

A meta para 2020 era chegar a 41,60% da população coberta com esgotamento sanitário. No entanto, com as paralisações das obras causadas pela pandemia, o indicador deverá ter um crescimento inferior ao esperado e a meta não deverá ser alcançada no ano de 2020.

Relacionado ao Estado, a demora nos repasses e nas aprovações dos projetos por parte do agente financiador, os entraves próprios dos licenciamentos ambientais, processos licitatórios e a pandemia foram os principais problemas relacionados à entrega dos sistemas e consequentemente do indicador.

Outro problema no acompanhamento do indicador, causado pelos municípios não operados pela Cagece, é a falta de repasse das informações. Os valores deste indicador são calculados a partir de informações fornecidas pelos municípios e prestadores de serviço ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), cujos resultados são divulgados bianualmente pelo Governo Federal. O resultado final de 2020 só deverá ser conhecido no segundo semestre de 2021.

Levando-se em conta somente os 74 municípios atendidos pela Companhia, o percentual da população urbana coberta com esgotamento sanitário, é de 42,79%, e beneficiou aproximadamente aproximadamente 2.463.407 habitantes em 89 localidades (SEI NOVO – CAGECE, 2020). Já no ano de 2020, 75 municípios são atendidos pela Companhia, chegando a um percentual de cobertura de 44,69%, beneficiando uma população de 2.633.385 habitantes, em 91 comunidades (SEI NOVO – CAGECE, 2021).

O indicador apresentou um crescimento de 6,17% no período de 2016-2019, última informação do indicador. Um dos problemas no acompanhamento do indicador, causado pelos municípios não operados pela Cagece, é a falta de repasse das informações de cobertura com rede de distribuição de água. Como alternativa, a Secretaria das Cidades utiliza as informações do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS).

Considerando somente os municípios operados pela Cagece, registra-se, nesse mesmo período, um crescimento de 5,63% do indicador de cobertura de água, evoluindo de 40,51% para 42,79%.

#### **4.2. Programa 622 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural**

Objetivo: Ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

##### **4.2.1. Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)**

O indicador Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR) representa o número de ligações ativas de um sistema de abastecimento de água após a sua entrega, considerando somente as redes geridas pelo Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR). A ligação de água é a canalização entre o distribuidor público e o hidrômetro, limitador de consumo. Convencionalmente, as ligações podem ser classificadas como ativas (usuários interligados à rede), suspensas (usuários interligados que não tem contribuído para o faturamento), factíveis (usuários que possuem rede disponível, mas não fizeram a ligação), tamponadas (possuem ligação e interligação, mas a ligação foi desativada). O indicador é alterado conforme iniciativas da SCidades por meio dos Programas Águas do Sertão (PAS) e do Programa de Integração do São Francisco (PISF), da SDA e do próprio Instituto SISAR.

A meta prevista para o ano de 2020 era alcançar 147.000 ligações no momento da elaboração do PPA em meados de 2019. A meta foi superada ainda em 2019, chegando 161.771 ligações ativas.

No ano de 2020 foram ativadas 15.099 novas ligações, alcançando 176.870 ligações ativas. O indicador sofreu um impacto no primeiro trimestre devido à pandemia e a perspectiva seria que houvesse ainda mais desligamentos devido à crise financeira. No entanto, com a medida tomada pelo Governo do Estado, de subsidiar as tarifas de água no meio rural, o indicador voltou a crescer. A perspectiva seria crescer 500 ligações em cada trimestre, mas foi superada.

No âmbito do PISF, houve alteração da meta, pois as atividades estão sendo realizadas em regime adaptado de trabalho, em conformidade com as orientações de enfrentamento à pandemia da Covid-19 do Decreto nº 33.608 e suas atualizações. A meta para o PISF estava prevista em 448 ligações até o fim do ano, mas os sistemas deverão ser entregues apenas em 2021.

#### **4.2.2. Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)**

O indicador Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR) representa o número de ligações totais de um sistema de abastecimento de água após a sua entrega, considerando somente as redes geridas pelo Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR). A ligação de água é a canalização entre o distribuidor público e o hidrômetro, limitador de consumo. Convencionalmente, as ligações podem ser classificadas como ativas (usuários interligados à rede), suspensas (usuários interligados que não tem contribuído para o faturamento), factíveis (usuários que possuem rede disponível, mas não fizeram a ligação), tamponadas (possuem ligação e interligação, mas a ligação foi desativada). O indicador é alterado conforme iniciativas da SCidades por meio dos Programas Águas do Sertão (PAS) e do Programa de Integração do São Francisco (PISF), da SDA e do próprio Instituto SISAR.

A meta prevista para o ano de 2020 era alcançar 183.000 ligações totais no momento da elaboração do PPA em meados de 2019. A meta foi superada ainda em 2019, chegando 200.432 ligações ativas. No ano de 2020 foram entregues 14.692 ligações chegando ao total de 215.034 ligações totais.



No âmbito do PISF, houve alteração da meta, pois as atividades estão sendo realizadas em regime adaptado de trabalho, em conformidade com as orientações de enfrentamento à pandemia da Covid-19 do Decreto nº 33.608 e suas atualizações. A meta para o PISF estava prevista em 448 ligações até o fim do ano, mas os sistemas serão entregues apenas em 2021.

## Eixo Ceará Sustentável

Tabela 10 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa: 722 - Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período				
		2016	2017	2018	2019	2020 <sup>1</sup>
Áreas de risco eliminadas (%)	SCIDADES	59,38	68,75	84,38	84,38	87,50

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

<sup>1</sup> Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em fevereiro de 2021.

## 5. Tema Meio Ambiente

Resultado Temático: Recursos ambientais com uso racional e sustentável

### 5.1. Programa: 722 - Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas

Objetivo: Melhorar as condições socioambientais da população nas áreas urbanas degradadas.

#### 5.1.1. Indicador Área de risco eliminada (%)

O indicador Área de risco eliminada (%) refere-se à eliminação de 32 (trinta e duas) áreas de risco situadas na abrangência do Projeto Rio Maranguapinho (22), Projeto Rio Cocó (9) e Projeto Dendê (1). A fonte da informação é o Relatório da Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Fortaleza, de 2010.

No período do PPA 2016-2019 foi programado eliminar 15 (dezoito) áreas de risco existentes no Projeto Rio Maranguapinho (5), Rio Cocó (9) e Dendê (1). No entanto, ao final do período registrou a eliminação de um total de 10 (dez) áreas de risco, sendo 2 (duas) no Projeto Maranguapinho, 7 (sete) Rio Cocó e a prevista no Projeto Dendê. O percentual corresponde a 31,25% do total de áreas mapeadas.

Em 2018, foi registrada a eliminação de cinco áreas de risco, sendo uma do Projeto Rio Maranguapinho (Lumes), três áreas do Projeto Rio Cocó (Novo Barroso, Santa Maria Gorete e Do Cal) e uma área do Projeto Dendê (Área da Baixada). Em 2019 não foi registrada a eliminação nenhuma área de risco.

Para 2020 estavam previstas a eliminação de 3 áreas (Conjunto Ceará, Belém e Muriçoca). No entanto, após a revisão do Acordo de Resultados, ficou definido que só seria eliminada a área "Muriçoca" devido às paralisações decorrentes da pandemia e as dificuldades de desapropriação junto às famílias.

No mês de dezembro a área da Comunidade Muriçoca foi totalmente eliminada, chegando assim ao percentual de 87,50% das 32 áreas de risco a ser eliminadas.

O desempenho foi impactado também devido à demora na negociação e na liberação dos valores para pagamento das indenizações às famílias que ocupam as áreas de preservação ambiental de forma irregular, bem como à demora em desocupação das áreas pelas famílias que aderiram aos projetos habitacionais, as quais aguardam a conclusão dos residenciais para reassentamento.

Vale ressaltar que as famílias as quais ocupam de forma irregular áreas de preservação ambiental são reassentadas em residenciais dotados de infraestrutura ou indenizadas para desocupar esses espaços.

## CONTRIBUIÇÃO DAS ENTREGAS PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS ESTRATÉGICOS SETORIAIS E RESULTADOS ESTRATÉGICOS DE GOVERNO

Em 2020, a Secretaria das Cidades, no papel de Órgão Executor do Plano Plurianual 2020-2023, atuou na execução de 78 entregas de 52 iniciativas, em 14 Programas de Governo:

Programa	Nº de iniciativas	Nº entregas
111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana	06	08
113 - Habitação de Interesse Social na área rural	02	02
211 - Gestão Administrativa do Ceará	04	04
212 - Encargos gerais do estado	02	NA
222 - Gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas	01	01
241 - Governança Interfederativa das Regiões	04	05
331 - Atração e desenvolvimento industrial	01	01
341 - Promoção da requalificação urbana	02	03
343 - Mobilidade, trânsito e transporte	01	01
621 - Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana	10	22
622 - Abastecimento de água e esgotamento sanitário no meio rural	07	12
711 - Matriz energética do estado do Ceará	01	01
722 - Revitalização de áreas urbanas degradadas	06	08
726 - Resíduos Sólidos	04	07
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>78</b>

Dos Entregas do PPA executados pelo órgão Secretaria das Cidades em 2020, por meio das suas áreas de negócio:

Desempenho da execução da meta	Nº de entregas	%
Execução ≥ 100%	16	20,5
75 ≤ execução < 100%	01	01,3
50 ≤ execução < 75%	01	01,3
0 < execução < 50%	04	05,1
0% de execução	15	29,5
Sem programação	33	42,3
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>100,0</b>

- 16 Entregas (20,5%) alcançaram ou superaram a meta 2020 programada no PPA.
- 1 Entrega (1,3%) apresentou desempenho entre 75% e 99% da meta 2020 programada no PPA.
- 1 Entregas (1,3%) apresentaram desempenho entre 50% e 74% da meta 2020 programada no PPA.
- 4 Entregas (5,1%) apresentaram desempenho entre 1 e 50% da meta 2020 programada no PPA.
- 15 Entregas (29,5%) não executaram a meta programada do PPA - exercício 2020.
- 33 Entregas (42,3%) não tiveram programações para 2020.

Algumas das causas para esse nível de desempenho podem ser atribuídas a:

- O impacto em todas as atividades da secretaria causado pela pandemia de Covid-19, com a perda de pessoas, necessidade de isolamento social, paralisação de obras, lentidão na retomada dos

processos e contingenciamento financeiro para suprir os gastos com saúde (fatores exógenos).

- A instabilidade econômica e política na qual se encontra o país (ambiente externo).
- Um grande número de projetos sem priorização (escopo e gestão).
- Reduzido número de pessoas para executar um grande número de projetos (recursos).
- Demora na execução do ciclo de vida dos projetos - iniciação, planejamento, execução e encerramento (tempo de projeto).
- Demora na execução do ciclo de vida dos processos – planejamento, análise, desenho, implementação, monitoramento e controle e refinamento (tempo de processos).
- Grande número de controles por meio de um grande número de ferramentas e bases informatizadas (recursos de tecnologia da informação e comunicação).
- Ausência de tratamento dos riscos em algumas das atividades de processos críticos, cuja ocorrência de falhas podem comprometer o desempenho das ações e provocar efeito sobre o que direciona o sucesso dessas ações - Ex: licitações, licenciamento ambiental, indenizações e medições de obras (riscos em processos)

Como efeitos, percebe-se:

- Contingenciamento dos recursos federais.
- Perda de foco das ações do Governo.
- Disputa por recursos humanos, orçamentários, financeiros, materiais, tecnológicos etc.
- Falta de integração de bases informatizadas (processos).
- Redundância de informações nas diversas bases informatizadas (recursos).
- Ineficiente gestão dos instrumentos (gestão).
- Prejuízos financeiros para o Estado com excesso de aditivos, replanilhamentos, realinhamentos e repactuações nos instrumentos (recursos).
- Ineficiência dos processos de negócio nos órgãos (finalísticos, de suporte e gerenciais).
- Risco de não atingir as metas do PPA 2020-2023.
- Risco de não atender às necessidades e expectativas da Sociedade Cearense.
- Desgaste da imagem do governo perante a Sociedade Cearense.

Considerando a necessidade de orientar a ação governamental para atender os diversos segmentos organizados da sociedade e os cidadãos em geral, objetivando ofertar bens (Entregas e serviços), o Governo do Estado vem executando desde 2016, em trabalho coordenado pela Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), o Projeto de Fortalecimento do Modelo de Gestão Pública por Resultados (GPR).

Em uma das etapas do referido projeto foram identificadas as oportunidades ou fragilidades as quais foram transformadas em desafios, que foram devidamente alinhados ao PPA, com estabelecimento de premissas, entregas para o período 2017-2020 e os indicadores por meio dos quais será aferido o desempenho.

Na etapa de implantação a Casa Civil acompanha a execução dos projetos estratégicos de obras prioritárias com o objetivo de atingir as metas propostas no Acordo de Resultado.

Ressalte-se que as metas das entregas pactuadas no Acordo foram alinhadas ao PPA 2020-2023 e às prioridades do documento 7 Ceará's.

Ressalte-se, ainda, a manutenção dos investimentos já realizados pelas gestões anteriores, a

continuidade de projetos e das negociações junto a financiadores para captar recursos externos e internos com vistas à execução de programas e projetos; e a observância do ambiente regulatório, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A seguir apresenta-se, por Programa de Governo, com base na programação de 2020, o desempenho das Entregas do PPA sob a responsabilidade do órgão Secretaria das Cidades, executados por meio das áreas de negócio.

### 1. Programa Habitação e Regularização Fundiária Urbana (111)

O Programa Habitação e Regularização Fundiária Urbana (111) tem como Órgão Gestor a Secretaria das Cidades. Tem por objetivo proporcionar moradia digna à população, com segurança jurídica, para o enfrentamento do déficit habitacional urbano. É composto por 6 (seis) iniciativas que foram executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social (CDHIS), Coordenadoria de Revitalização de áreas degradadas – RMF (COREV) e Coordenadoria de Regularização Fundiária (COREF). A Companhia de Habitação do Estado do Ceará (COHAB em liquidação) e Secretaria da Saúde (SESA) também colaboram com as execuções do programa.

Tabela 11 – Iniciativas e Entregas do Programa Habitação e Regularização Fundiária Urbana – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2020.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2020		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
111.1.01 - Promoção do trabalho social nos conjuntos habitacionais.	1652-Serviço socioeducativo promovido	CDHIS/ COREV	100	202*	202,0%
111.1.02 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área urbana integrada com serviços públicos.	1337-Equipamento social construído	CDHIS/ COREV	8	0	0,0%
	1646-Unidade habitacional implantada	CDHIS/ COREV	1.286	210	16,3%
111.1.03 - Qualificação das condições físicas de unidades habitacionais.	1651-Unidade habitacional qualificada	CDHIS/ COREV	100	0	0,0%
111.1.04 - Expansão da regularização fundiária urbana.	1335-Título entregue	COREF	2.110	128	6,1%
111.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de habitação de interesse social.	467-Projeto apoiado	CDHIS	1	1*	100,0%
111.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em	1318-Unidade habitacional entregue	CDHIS	-	-	Sem programação

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2020		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
Saúde de Porangabussu.	1651-Unidade habitacional qualificada	CDHIS	-	-	Sem programação

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA). \*Não informado no SIMA.

### **1.1. Iniciativa 111.1.01 - Promoção do trabalho social nos conjuntos habitacionais. Entrega 1652-Serviço socioeducativo promovido (número absoluto)\***

A promoção do Trabalho Social consiste em atender famílias de baixa renda através de campanhas, mobilizações, oficinas, palestras socioeducativas, capacitando-as e garantindo o acesso aos diversos serviços públicos nos conjuntos habitacionais entregues através do programa de habitação de interesse social operados pela Secretaria das Cidades do Estado do Ceará.

A entrega Serviço Socioeducativo promovido refere-se à promoção de campanhas, mobilizações, oficinas, palestras socioeducativas e tem como objetivo atender as famílias dos conjuntos habitacionais entregues através do programa de habitação de interesse social, capacitando-as e promovendo o acesso às diversas políticas públicas.

A referida entrega é executada pelo órgão Secretaria das Cidades, por meio da CDHIS e COREV e está relacionada ao Trabalho Técnico Social desenvolvido nos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e nas áreas urbanizadas pelos programas de desenvolvimento urbano, com a população a ser reassentadas e a população remanescente das áreas.

Em 2020 apesar de ter sido programada a conclusão de 100 atividades foram realizadas 202 atividades.

\*O quantitativo acabou não sendo registrado no Quadro de Execução Regionalizada do SIMA, sendo informado apenas no texto de Acompanhamento da Entrega.

No âmbito do Projeto Maranguapinho, Projeto Cocó e Dendê, não houve execução no período de março a junho devido ao Decreto de isolamento social como enfrentamento a pandemia do Covid 19, tendo em vista que se trata de trabalho social diretamente com famílias beneficiadas nos 3 Projetos. Após o primeiro período da Pandemia, o Trabalho Social para os Residenciais Riacho Verde I e II, no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho, foi retomado em 05/08/2020 e foram realizadas 52 atividades compreendendo: oficinas, mutirões, seminários, palestras e escolinhas de futebol e dança.

Nos empreendimentos do PMCMV: Castro Alves, Machado de Assis, José de Alencar, Carlos Drummond e Independência II foram realizadas 150 atividades, entre estas: oficinas, campanhas, escolinhas, plantões sociais, visitas de articulações institucionais, cursos, ação Cidadã, aplicação de questionário de pesquisa, pesquisa de avaliação final com os moradores, feira comunitária, encontro com representantes de blocos, encontro com equipe social e visita ao Centro cultural Dragão do Mar.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Fecop, Convênios com órgãos federais e operações de crédito internas. A entrega teve uma execução financeira de 28,26%

(empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
46 - Operações de crédito internas	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 - Recursos provenientes do Fecop	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82 - Convênios com órgãos federais	2.300.000,00	315.628,55	280.103,39	13,70	12,20
00 - Recursos ordinários	637.800,00	632.800,00	632.800,00	99,20	99,20
<b>Total</b>	<b>3.355.800,00</b>	<b>948.428,55</b>	<b>912.903,39</b>	<b>28,26</b>	<b>27,20</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para execução financeira foram:

Em relação aos Projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Comunidade do Dendê, a paralisação das atividades do Trabalho Técnico Social (TTS) no Riacho verde I e II no período da Pandemia, não permitiu a execução financeira da fonte 82, conforme previsto no orçamento. Devido à pandemia não foi possível iniciar o TTS no Residencial Jose Euclides, como estava previsto, como também não foi possível executar o TTS no Residencial Dendê, impossibilitando a aplicação dos recursos do OGU, da fonte 10-Fecop e fonte 46.

No âmbito do PMCMV, a execução das atividades do Trabalho Social depende da aprovação dos projetos e liberação de recursos por parte do Agente Financeiro, atividades que foram impactadas pela pandemia de COVID-19, prejudicando a execução da fonte 82.

## **1.2. Iniciativa 111.1.02 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área urbana integrada com serviços públicos.**

### **1.2.1. Entrega 1337 - Equipamento social construído (número absoluto)**

A Expansão da oferta de habitação de interesse social na área urbana, integrada com serviços públicos, corresponde à construção de Unidades Habitacionais e equipamentos públicos para atender famílias de baixa renda, através de Projetos e Programas no âmbito estadual e federal, sendo estes dos Projetos Rio Maranguapinho e Dendê, e do Programa Minha Casa Minha Vida ou outros Programas que venham a substituí-lo.

A entrega Equipamento Social Construído se refere a construção de equipamentos públicos, sejam eles de: assistência social como Cras/Creas; educação com entrega de creches/escolas; saúde com construção de unidades básicas de saúde; e/ou segurança pública com entrega de postos policiais no entorno dos Residenciais. Devendo estes, serem construídos, no âmbito dos Projetos Rio Maranguapinho, Projeto Dendê, do Programa Minha Casa Minha Vida ou outros Programas que venham a substituí-lo, a serem disponibilizados às famílias atendidas com habitação no meio urbano.

A referida entrega é executada pela Secretaria das Cidades, por meio por meio da CDHIS e COREV.

Em 2020 foi programada a entrega de 8 equipamentos sociais, mas nenhum foi entregue.

As entregas foram comprometidas pelos impactos da pandemia do COVID-19. Encontra-se em processo de elaboração do projeto junto à SOP, a construção de 03 equipamentos: 01 CEI, 01 CRAS e 01 UBS no empreendimento ORGULHO DO CEARÁ II, em Pacatuba. Encontra-se em execução, com 57% de execução (projeto e obra) os 02 equipamentos: 01 CEI e 01 UBS para atender as famílias do Residencial Miguel Arraes, do Projeto Rio Maranguapinho. A obra da Creche para atender as famílias do Residencial Yolanda Queiroz do Projeto Dendê que estava com 85% no final de dezembro/2020 foi entregue em março/2021.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Convênios com órgãos federais e operações de crédito internas. A entrega teve uma execução financeira de 76,43% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
46 - Operações de crédito internas	1.215.398,90	848.992,13	848.992,13	69,90	69,90
00 - Recursos ordinários	430.500,00	302.406,39	302.406,39	70,20	70,20
82 - Convênios com órgãos federais	4.385.037,14	3.457.941,88	3.457.941,88	78,90	78,90
<b>Total</b>	<b>6.030.936,04</b>	<b>4.609.340,40</b>	<b>4.609.340,40</b>	<b>76,43</b>	<b>76,43</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para execução financeira foram:

No âmbito do PMCMV, os 03 equipamentos sociais planejados para serem construídos pelo Estado no Residencial Orgulho do Ceará II, foram impactados pela necessidade da Instituição Financeira Banco do Brasil precisar transferir a titularidade da área que vai receber os equipamentos, ao Estado, o que não ocorreu. O banco foi notificado por ofício da necessidade, mas não iniciou as providências. As providências foram afetadas pelo impacto geral da pandemia de COVID-19. Sendo assim, não houve desembolso da fonte tesouro.

Em relação ao Projeto Dendê, a obra da creche que tinha a previsão inicial de ser concluída em 2020, só pode ser concluída em 2021, pois devido à pandemia, ocorreu paralização das obras, com isso, não foi possível ocorrer uma boa execução financeira prevista da Fonte 46.

### **1.2.2. Entrega 1646 - Unidade habitacional implantada (número absoluto)**

A entrega Unidade habitacional implantada corresponde à construção das unidades habitacionais, disponibilizadas à população urbana de baixa renda.

A entrega é executada pela Secretaria das Cidades, por meio da Cdis com as unidades habitacionais do PMCMV e da Corev com as unidades referentes aos Residenciais Yolanda Queiroz e Santo Sático.

As unidades são construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV do Governo Federal, em parceria com o Governo Estadual, mediante subsídio, e entregues às famílias oriundas do Cadastro Único do Governo Federal - CADUNICO.

Também são construídas, unidades habitacionais por meio da celebração de convênios e congêneres

entre Estado e Municípios.

Em 2020 foram entregues 210 unidades restantes, referente ao Residencial Yolanda Queiroz no projeto Dendê, de um total de 1.080 unidades.

O empreendimento Alto da Paz II, com 317 unidades, cuja conclusão havia sido adiada para o mês de outubro, não foi concluído, e a entrega foi novamente adiada para 2021. A retomada da construção dos módulos III, IV e V do Residencial Cidade Jardim I, com, respectivamente, 416, 1.296 e 880 unidades, cujas obras estavam paralisadas, foi autorizada pelo MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional e a assinatura simbólica do contrato ocorreu no dia 25/06/2020, no Palácio da Abolição. A entrega das unidades dos 3 empreendimentos deve ocorrer durante o ano de 2021.

Ainda estava prevista a entrega 128 unidades habitacionais do Residencial Santo Sátiro, no Bairro Acaracuzinho, no Município de Maracanaú, ligado ao componente de habitação do Projeto Rio Maranguapinho. A obra de construção do Residencial Santo Sátiro encontrava-se, em dezembro/2017, com 47% dos serviços executados. Além disso, a Construtora desistiu da obra, alegando dificuldades financeiras, a obra foi paralisada, o contrato venceu em março de 2017. O Residencial Santo Sátiro estava invadido desde novembro de 2017.

Realizado o levantamento dos serviços restantes para a conclusão da obra e respectivo orçamento foi encaminhado para CAIXA para aprovação e posterior licitação. Em agosto/18 foi encaminhado à Caixa as respostas às últimas pendências apontadas e em 2019 os ajustes foram aprovados e orçamento atualizado. A licitação ocorreu em 27/12/2019. Previsão de entrega em 2021.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Convênios com órgãos federais e operações de crédito internas. A entrega teve uma execução financeira de 20,50% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	5.253.322,16	3.583.627,24	2.526.357,44	68,20	48,10
46 - Operações de crédito internas	6.069.202,20	34.601,10	34.601,10	0,60	0,60
82 - Convênios com órgãos federais	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>12.322.524,36</b>	<b>3.583.627,24</b>	<b>2.526.357,44</b>	<b>29,08</b>	<b>20,50</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para execução financeira foram:

Em relação ao PMCMV, houve baixa execução na fonte 46 pelos seguintes motivos. O Residencial Alto da Paz II teve atraso nas obras, motivado principalmente pelos efeitos da pandemia de COVID-19 nas atividades da construção civil. O empreendimento Cidade Jardim I, embora com a retomada das obras contratada, também teve o andamento afetado pelos efeitos da pandemia de COVID-19, e ainda, por pendências levantadas pela Instituição Financeira Caixa Econômica Federal, de serviços não orçados na licitação das novas construtoras, que iriam resultar na necessidade de alocação de recursos adicionais nos contratos dos módulos III, IV e V, o que diminuiu o ritmo das obras e, em consequência, provocou atraso no cronograma.

Em relação ao Projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê, a obra do Residencial Santo Sático foi iniciada somente em 21/07/2020 e não houve tempo hábil em 2020 para utilização dos recursos da fonte 82, pois foi necessário aguardar a aprovação da Caixa, que só veio ocorrer em 2021. Além de baixa execução da fonte tesouro.

### **1.3. Iniciativa 111.1.03 - Qualificação das condições físicas de unidades habitacionais. Entrega 1651-Unidade habitacional qualificada (número absoluto)**

Trata-se de construção de banheiros e da recuperação de unidades habitacionais que serão parcialmente atingidas pelas obras de Urbanização, na área de intervenção do Projeto Dendê, em Fortaleza.

Consiste na construção de banheiros em unidades habitacionais na área da Comunidade Dendê, as quais não dispõem desse equipamento ou onde esse equipamento é precário. As famílias serão selecionadas de acordo com o perfil definido pela Equipe Social do Projeto Dendê. Consiste, ainda, em medidas reparatórias que serão realizadas pela empresa contratada para a execução da Urbanização, à medida que houver imóveis parcialmente atingidos com o avanço das obras.

A entrega é executada pela Secretaria das Cidades, por meio da CDHIS e COREV, que contempla as melhorias mediante Programa Cartão Reforma do Governo Federal e Projeto Dendê.

Em 2020 estava prevista a entrega de 100 unidades qualificadas, mas não houve entrega.

Em relação ao Projeto Dendê, para a execução dos serviços, a Secretaria das Cidades, realiza o levantamento das necessidades na área do projeto, enquanto a CAGECE providencia os preparativos iniciais para a construção da estação elevatória, necessária para a captação de esgoto da região. A construção dos banheiros só será possível quando concluída a estação elevatória.

Não houve ainda divulgação do Programa Cartão Reforma por parte do Governo Federal.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e operações de crédito internas. A entrega não teve uma execução financeira, conforme tabela abaixo.

<b>Fonte</b>	<b>Lei + Créditos (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Pago (C)</b>	<b>% Empenho (B/A)</b>	<b>% Pago (C/A)</b>
00 - Recursos ordinários	111.756,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46 - Operações de crédito internas	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>361.756,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para execução financeira foram:

Não conclusão da Estação Elevatória por parte da Cagece, o que impossibilitou a construção dos banheiros, não ocorrendo, portanto, execução financeira da fonte 46.

Quanto à fonte tesouro, não houve execução devido à não concretização do Programa Cartão Reforma por parte do Governo Federal.

#### 1.4. Iniciativa 111.1.04 - Expansão da regularização fundiária urbana. Entrega 1335-Título entregue (número absoluto)

A iniciativa consiste na regularização dos imóveis urbanos das famílias beneficiadas com unidade habitacional de interesse social, garantindo-se a propriedade da respectiva moradia à família em questão.

O Título entregue refere-se ao documento (registrado no cartório de imóveis competente) entregue à família beneficiada com unidade habitacional de interesse social e é executado pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Regularização Fundiária (COREF) e por meio da Cohab-CE.

Em 2020 houve a entrega de 128 títulos de um total de 2.110 títulos previstos (6,1%).

Diante da Decretação do Estado de Emergência, das constantes e sucessivas prorrogações de isolamento social houve atraso nas entregas dos Títulos, pois há necessidades de realizar reuniões com os Cartórios de Registros de imóveis para adequar e repassar as informações.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Fecop, Convênios com órgãos federais e operações de crédito internas. A entrega teve uma execução financeira de 8,84%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	573,194,21	166.454,63	166,454,63	29,00	29,00
82 - Convênios com órgãos federais	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46 - Operações de crédito internas	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 - Recursos provenientes do Fecop	810,022,49	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.883.216,70</b>	<b>166.454,63</b>	<b>166.454,63</b>	<b>8,84</b>	<b>8,84</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para execução financeira foram:

Atualmente, são executados na Coordenadoria 4 contratos gerenciados por 2 empresas. Teve um retardamento na análise das medições por parte da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e nos encaminhamentos de Parecer, em tempo hábil para se efetuar pagamentos nos prazos estipulados. Além de Glosas nos valores solicitados para as medições. O que causou uma reanálise das medições, por parte da Equipe Técnica da Coordenadoria.

Houve dificuldades também no repasse principalmente com a Fonte 46-Operações de Crédito Internas, pois as medições desses Contratos passam, por análise da Caixa Econômica Federal, sendo a CEF responsável de liberar o desembolso. Além da demora na análise dessas medições e retorno para a coordenadoria, teve ainda os contratemplos e dificuldades causados pela Pandemia como a suspensão dos serviços por 120 dias. As medições tiveram que ser revisadas por parte da Empresa e por parte da Equipe Técnica da Coordenadoria de Regularização Fundiária, os contratos tiveram que ser renovados por meio de aditivos de prazos, então teve problemas nas execuções Física e

Financeira desses Contratos.

Na Fonte Fecop, o projeto de continuidade e manutenção de instrumentos anteriores, que vieram do extinto IDECI, no qual é feito a manutenção e pagamento de Contrato de Gestão, não houve repasse para Contrato de Gestão no ano de 2020.

**1.5. Iniciativa 111.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de habitação de interesse social. Entrega 467-Projeto apoiado (número absoluto)\***

A iniciativa promoção do gerenciamento da política pública de habitação de interesse social permitirá a execução dos serviços de apoio técnico e operacional ao desenvolvimento da política.

O projeto apoiado refere-se aos contratos de serviços prestados aos projetos por meio de Terceirização e de Contrato de Gestão.

Em 2020 houve a execução dos serviços de apoio técnico operacional, mediante a contratação de colaboradores terceirizados.

\*O quantitativo acabou não sendo registrado no Quadro de Execução Regionalizada do SIMA, sendo informado apenas no texto de Acompanhamento da Entrega.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. A entrega teve uma execução financeira de 99,99%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	4.246.533,00	4.245.992,47	4.060.350,34	99,99	95,62
<b>Total</b>	4.246.533,00	4.245.992,47	4.060.350,34	99,99	95,62

Fonte: SIOF

**1.6. Iniciativa 111.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu.**

**1.6.1. Entrega 1318-Unidade habitacional entregue (número absoluto)**

A iniciativa consiste na implementação da primeira etapa do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de novas tecnologias e práticas mais efetivas na promoção e atenção à saúde, estruturar campo de experimentação em saúde integrado a ações de inovação urbana, econômica e social, promover o desenvolvimento socioeconômico inclusivo da população.

A entrega consiste em implantação (obras e instalações) de Edifício de Habitação de Interesse Social para população excedente de assentamento precário à beira da Lagoa de Porangabussu, em terreno do município.

O projeto é de responsabilidade da Secretaria da Saúde do Estado e deverá ser executado pela Secretaria das Cidades, por meio da CDHIS.

Não houve programação para essa entrega no ano de 2020 e ainda não foram iniciados os trabalhos para a realização do mesmo conforme demanda da SESA.

A entrega será executada por meio da fonte de recursos Tesouro. A entrega não teve uma execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

### 1.6.2. Entrega 1651-Unidade habitacional qualificada (número absoluto)

A entrega refere-se à requalificação das moradias do assentamento precário Beco do Samasa, à beira da Lagoa de Porangabussu.

O projeto é de responsabilidade da Secretaria da Saúde do Estado e deverá ser executado pela Secretaria das Cidades, por meio da CDHIS.

Não houve programação para essa entrega no ano de 2020 e ainda não foram iniciados os trabalhos para a realização do mesmo conforme demanda da SESA.

A entrega será executada por meio da fonte de recursos Tesouro através de Descentralização orçamentária por parte da SESA. No ano de 2020 não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

## 2. Programa Habitação de Interesse Social na área rural (113)

O Programa Habitação de Interesse Social na área rural (113) tem como Órgão Gestor a Secretaria das Cidades. O objetivo do programa é proporcionar moradia digna à população para o enfrentamento do déficit habitacional rural. É composto por 2 (dez) iniciativas executadas pela própria secretaria, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social (CDHIS).

Tabela 12 – Iniciativas e Entregas do Programa Habitação de Interesse Social na área rural – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2020.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2020		% Execução PPA
			Programado PPA	Realizado PPA	
113.1.01 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área rural.	1646-Unidade habitacional implantada	CDHIS	2.500	0	0,0%
113.1.02 - Promoção da melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais no meio rural.	1334-Fogão sustentável instalado	CDHIS	3.030	2.590	85,5%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

### 2.1. Iniciativa 113.1.01 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área rural. Entrega 1646-Unidade habitacional implantada (número absoluto)

A iniciativa corresponde à construção de Unidades Habitacionais, para beneficiar famílias de baixa renda do meio rural, através do Programa do Governo Federal, Minha Casa Minha Vida ou outros Programas que venham a substituí-lo.

A entrega Unidade habitacional implantada corresponde a unidades habitacionais a serem construídas no meio rural e disponibilizadas à população rural de baixa renda. A entrega é realizada pela Secretaria das Cidades por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

Foram programadas 2.500 unidades habitacionais, no entanto não houve entrega no ano de 2020.

Não houve entrega de unidades do PMCMV na modalidade PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural no ano de 2020. Além disso, ainda não foi lançada pelo Governo Federal a operação que substitua esta modalidade, no novo programa Casa Verde e Amarela.

A secretaria se inscreveu em uma seleção da FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, um projeto para a construção de 1.000 casas populares, distribuídas em 10 municípios do estado, para substituição de casas de taipa. As unidades a substituir se localizam tanto na área urbana, quanto rural, dos municípios. No entanto, até o final do ano não saiu resultado da seleção.

Por meio do Governo Estadual, o Programa Mais Infância prevê a substituição de casas de taipa para

famílias de baixa. No entanto, em decorrência da pandemia não foi possível avançar no processo ficando prevista apenas para o ano de 2021.

A entrega é executada por meio de recursos extraorçamentários e da fonte de recursos Fecop. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
10 - Recursos provenientes do Fecop	992.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>992.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para execução financeira foram:

- O não lançamento pelo Governo Federal de modalidade similar, no programa Casa Verde e Amarela, à modalidade PNHR no programa MINHA CASA MINHA VIDA.

- Não ter ocorrido a seleção prevista pela FUNASA para 2020, no programa MHCDCH – Programa de Melhorias Habitacionais para o controle da Doença de Chagas, onde o Estado do Ceará teve um projeto inscrito pela secretaria para a construção de 1.000 casas em substituição a Casas de Taipa, em 10 municípios.

- Não foram concluídos os estudos para a criação de um programa próprio do Estado para essa modalidade de habitação.

## **2.2. Iniciativa 113.1.02 - Promoção da melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais no meio rural. Entrega 1334-Fogão sustentável instalado (número absoluto)**

A iniciativa refere-se à melhoria das condições de habitabilidade por meio da oferta de fogões sustentáveis, os quais possuem tecnologia mais avançada quando o assunto é impacto ao meio ambiente e saúde das famílias, pois necessitam de menos lenha para a combustão (colaborando para a conservação da caatinga) e produzem menos fumaça para o interior das casas, diminuindo assim o risco de problemas respiratórios.

A entrega Fogão Sustentável instalado consiste na doação e instalação do equipamento para famílias de baixa renda que residem nas áreas urbanizadas e/ou agrárias do meio rural, através de seleção realizada pela Secretaria das Cidades, no CADIB - Cadastro Individual de Beneficiários. É executada por meio da CDHIS.

Em 2020 foram beneficiadas 2.590 famílias com fogões sustentáveis, alcançando uma execução de 85,5%.

Conforme relatório final do Acordo de Resultados, essa execução é referente à seleção de 2019, cuja entrega foi finalizada em março de 2020. A seleção dos beneficiários de 2020 foi concluída e as visitas e capacitações relacionadas ao projeto foram finalizadas. Porém devido ao atraso das atividades ocasionada pela pandemia e a demora na aprovação de recursos financeiros não foi possível alcançar a meta do ano, e as entregas foram reprogramadas para 2021.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Fecop. A execução financeira foi de 44,92% (empenhado), conforme tabela abaixo.

<b>Fonte</b>	<b>Lei + Créditos (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Pago (C)</b>	<b>% Empenho (B/A)</b>	<b>% Pago (C/A)</b>
10 - Recursos provenientes do Fecop	4.298.000,00	1.930.741,40	1.930.741,40	44,92	44,92
<b>Total</b>	<b>4.298.000,00</b>	<b>1.930.741,40</b>	<b>1.930.741,40</b>	<b>44,92</b>	<b>44,92</b>

Fonte: SIOF

No final do exercício, tendo visto que não teria tempo hábil para conclusão dos trabalhos, foi disponibilizado o valor de R\$ 359.778,60 por meio do processo nº 139, na data de 10/12/2020. No entanto, o recurso não foi utilizado por outro ente. Além disso, a principal dificuldade para a baixa execução foi a não aprovação dos recursos do MAPP 1613, para a aquisição dos fogões da seleção de 2020.

### 3. Programa Gestão Administrativa do Ceará (211)

O Programa Gestão Administrativa do Ceará (211) tem como órgão Gestor a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag). O objetivo do programa é promover com eficiência a gestão administrativa dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta, de todos os Poderes. A Secretaria das Cidades executa 4 iniciativas do programa por meio da Coordenadoria Administrativo-Financeira (COAFI) e Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (CODIP).

Tabela 13 – Iniciativas e Entregas do Programa Gestão Administrativa do Ceará – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2020.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2020		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
211.1.01 - Qualificação física e tecnológica da prestação dos serviços públicos administrativos.	1500-Unidade pública administrativa estruturada	COAFI	1	1	100,0%
211.1.02 - Qualificação do quadro profissional voltado aos serviços públicos administrativos	1498-Servidor público qualificado	COAFI	30	12	40,0%
211.1.03 - Promoção do desenvolvimento institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.	1501-Ação de desenvolvimento institucional implementada	CODIP	1	1	100,0%
211.1.04 - Promoção dos serviços públicos administrativos.	1502-Unidade pública administrativa mantida	COAFI	1	1	100,0%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

#### 3.1. Iniciativa 211.1.01 - Qualificação física e tecnológica da prestação dos serviços públicos administrativos. Entrega 1500-Unidade pública administrativa estruturada (número absoluto)

A iniciativa consiste na qualificação física e tecnológica envolve um conjunto de medidas voltadas à melhoria da prestação dos serviços públicos administrativos, ou seja, para a melhoria na prestação das atividades-meio, tanto no que tange à estrutura, quanto à modernização tecnológica.

A entrega Unidade pública administrativa estruturada se caracteriza por uma estruturação, quer seja física, reforma ou ampliação, quer seja tecnológica, como a melhoria do parque tecnológico, contemplando ainda a aquisição de material permanente, como mobiliário, veículos ou outros equipamentos que ampliam o patrimônio material da instituição.

No ano de 2020 houve a estruturação da sede da Secretaria das Cidades por meio da aquisição de equipamentos de informática, licenças de antivírus e geradores de ozônio.

Foram adquiridos 03 (três) notebooks marca ACER, 08 (oito) microcomputadores marca DELL Optiplex 7070, com mouse, teclado e monitor DELL 23 polegadas, para dar suporte na Supervisão e Fiscalização dos Sistemas de Abastecimento de Água do PISF. Aquisição de 350 (trezentas e cinquenta) licenças do software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select, com suporte técnico de 36 meses e 06(seis) projetores multimídia, tipo I-Benq no âmbito do Programa Águas do Sertão - UGP PAS. Foram adquiridos ainda, 02 (dois) geradores de ozônio portáteis, para higienização do prédio da Secretaria das Cidades em virtude da pandemia de Coronavírus.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. No ano anterior não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

Os equipamentos foram adquiridos com recursos do programa 622 para dar suporte na Supervisão e Fiscalização dos Sistemas de Abastecimento de Água do Projeto de Integração do São Francisco (PISF) e do Programa Águas do Sertão (PAS).

### **3.2. Iniciativa 211.1.02 - Qualificação do quadro profissional voltado aos serviços públicos administrativos. Entrega 1498-Servidor público qualificado (número absoluto)**

A iniciativa consiste na qualificação do quadro profissional envolve um conjunto de atividades voltadas à preparação do servidor para a implementação dos serviços públicos nas áreas administrativas, como planejamento, orçamento, controle, auditoria, comunicação, administrativo-financeiro, gestão de programas e projetos, dentre outras.

A entrega consiste no Servidor público que passa por um processo de qualificação, inicial e continuada, para o pleno desenvolvimento de suas atividades nas áreas administrativas. Vale ressaltar que só é caracterizada a capacitação maior ou igual a 20 horas/aula. A entrega é acompanhada pela Célula de Gestão de Pessoas (CEGEP) vinculada à COAFI.

No período, 12 (doze) servidores da Secretaria das Cidades foram capacitados, executando 40% da meta.

Os cursos voltados para Gestão, Fiscalização e Noções Introdutórias de Contratos Administrativos, como também Curso Básico em Orçamento Público, Gestão da Estratégia com BSC, Excel Avançado, Calc para iniciantes, Defesa do Usuário e Simplificação, Curso de Fundamentos de Biogás, Gestão de Riscos e um Curso de Extensão voltado para: As vedações aos gestores municipais em ano eleitoral sob a ótica do direito público.

As principais dificuldades no início do ano foram relacionadas à demora no início dos cursos oferecidos pela Escola de Gestão Pública e dificuldade na contratação de certificação para servidores

do órgão. Durante o período de pandemia as principais dificuldades para a capacitação de servidores na modalidade presencial devido aos decretos de isolamento social e a falta de acesso à internet e equipamentos eletrônicos por parte dos servidores na modalidade EaD.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro e por recursos não orçamentários, uma vez que a Escola de Gestão Pública oferece diversos cursos além das capacitações em modalidade EaD, sem custos. Quanto aos recursos programados, não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

### **3.3. Iniciativa 211.1.03 - Promoção do desenvolvimento institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual. Entrega 1501-Ação de desenvolvimento institucional implementada (número absoluto)**

A promoção do desenvolvimento institucional corresponde a um conjunto de ações voltadas à melhoria do desempenho institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta, dos três Poderes, como a realização de planejamento estratégico organizacional, redesenho de processos administrativos, promoção da governança administrativa, dentre outras ações estratégicas.

A entrega se refere à execução de atividades como desenho ou redesenho de processos, avaliação de desempenho, instalação de comitê executivo da instituição, dentre outras. É executada pelo Núcleo de Desenvolvimento Institucional (Nudin) vinculado à Codip.

No período de janeiro a dezembro/2020 foi concluída a atualização da estrutura organizacional e do regulamento da SCidades, publicada conforme Decreto 33.881, de 30 de dezembro de 2020, no Diário Oficial do Estado, de 31 de dezembro de 2020.

Além disso, foi realizado 40% dos trabalhos de Implantação da gestão por processos na SCidades e da sua respectiva Cadeia de Valor, sendo iniciado seu desdobramento nas seguintes áreas: Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social (CDHIS); Coordenadoria de Revitalização de Áreas Degradadas e Drenagem da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF (COREV); Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (CODUR); Unidade de Gerenciamento do Programa Águas do Sertão (UGP PAS); Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais - Cidades do Ceará - Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II).

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro e também por recursos não orçamentários. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

Houve autorização do Nudin para movimentação orçamentária do saldo para Coordenadoria de Revitalização de Áreas Degradadas e Drenagem da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) - COREV. Contudo, o saldo não foi utilizado.

### **3.4. Iniciativa 211.1.04 - Promoção dos serviços públicos administrativos. Entrega 1502- Unidade pública administrativa mantida (número absoluto)**

A promoção dos serviços públicos administrativos corresponde à manutenção da realização de atividades administrativas de todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Ceará, direta e indireta, dos três Poderes.

A entrega Unidade pública administrativa mantida tem suas atividades administrativas custeadas para a garantia de seu pleno funcionamento. É executada por meio da COAFI.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. A entrega teve uma execução financeira de 98,59%, conforme tabela abaixo.

<b>Fonte</b>	<b>Lei + Créditos (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Pago (C)</b>	<b>% Empenho (B/A)</b>	<b>% Pago (C/A)</b>
00 - Recursos ordinários	8.075.256,00	7.961.508,09	7.856.463,68	98,59	97,29
<b>Total</b>	<b>8.075.256,00</b>	<b>7.961.508,09</b>	<b>7.856.463,68</b>	<b>98,59</b>	<b>97,29</b>

Fonte: SIOF

#### 4. Programa Encargos gerais do estado (212)

O Programa Encargos gerais do estado (212) tem como órgão Gestor a Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag). É composto por 3 (três) iniciativas que são executadas pela Secretaria das Cidades. O objetivo do programa é cumprir os encargos legais e constitucionais sob responsabilidade do Estado. Ao contrário dos demais programas, por sua característica de Programa Especial, não há geração de entregas para a sociedade ou para o governo.

Tabela 14 – Iniciativas do Programa Encargos gerais do estado – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2020.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2020		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
212.1.01 - Cumprimento das obrigações legais e constitucionais imputadas ao Estado	Não se aplica	SCIDADES	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
212.1.02 - Investimento do Estado nas empresas estatais	Não se aplica	SCIDADES	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
212.1.03 - Promoção de ações voltadas ao enfrentamento à Covid-19.	Não se aplica	SCIDADES	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

#### 4.1. Iniciativa 212.1.01 - Cumprimento das obrigações legais e constitucionais imputadas ao Estado.

A iniciativa corresponde ao pagamento das obrigações legais e constitucionais. Especificamente para o ano de 2020 foram previstos possíveis pagamentos de indenizações provenientes de entregas do PPA anterior e Devolução de Recursos de Convênios e Contratos de Financiamento.

A Secretaria das Cidades previu a possibilidade de pagamento de indenizações referentes ao Programa Cidades I e Devolução de Recursos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social – BNDES. A devolução é referente a glosas e saldos remanescentes do programa de inclusão produtiva dos Arranjos Produtivos Locais, financiado por um contrato de colaboração financeira nº 09.2.0994.1, assinado em 2010, entre a Secretaria das Cidades do Estado do Ceará e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social, no valor de R\$ 8.000.000,00, Fonte BNDES – R\$ 4.000.000,00, Fonte Estado – R\$ 4.000.000,00.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira no período, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	2.307.287,98	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.307.287,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para devolução do recurso do BNDES foi a disponibilidade e autorização

dos recursos financeiros para devolução dos itens glosados e bloqueio da conta bancária para devolução do saldo remanescente.

Para pagamento das indenizações referente ao Programa CIDADES I não foi possível efetuar o empenho, uma vez que não havia limite necessário no MAPP 2973.

#### **4.2. Iniciativa 212.1.02 - Investimento do Estado nas empresas estatais**

A iniciativa corresponde ao pagamento de despesas relativas ao aumento da participação acionária do Estado nas empresas estatais.

A entrega é executada por meio de Operações de crédito externas - IPF/BIRD. Não houve execução financeira no período, conforme tabela abaixo.

<b>Fonte</b>	<b>Lei + Créditos (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Pago (C)</b>	<b>% Empenho (B/A)</b>	<b>% Pago (C/A)</b>
48 - Operações de crédito externas - IPF/BIRD	5.424.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.424.260,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

Trata-se do contrato que tem como objetivo o Controle e Redução de Perdas na Região Metropolitana de Fortaleza, e a Implantação dos Distritos de Medição e Controle (DMC), será licitado pela SCidades, e executado pela CAGECE. Está em fase de discussões técnicas para construção do Edital.

#### **4.3. Iniciativa 212.1.03 - Promoção de ações voltadas ao enfrentamento à Covid - 19.**

A iniciativa foi elaborada de forma emergencial em 2020 para o desenvolvimento de ações que não geram, de forma direta, bens ou serviços à sociedade, contudo se configuram uma estratégia importante de enfrentamento à pandemia causada pelo novo coronavírus, sobretudo na minimização de seus efeitos no contexto social e econômico.

No âmbito da Secretaria das Cidades estava destinada ao repasse de Recursos Financeiros para Pagamento das Contas de Água dos Usuários de Baixa Renda do SISAR em Decorrência do Enfrentamento à Covid - 19.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos próprios do Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB).

## 5. Programa Gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas (222)

O Programa Gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas (222) tem como órgão Gestor a Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag). É composto por 7 (sete) iniciativas das quais apenas 1(uma) foram executadas pela Secretaria das Cidades. O programa tem por objetivo promover o dimensionamento, alocação, reconhecimento e desenvolvimento das pessoas nos órgãos públicos estaduais para uma melhor oferta do serviço público.

Tabela 15 – Iniciativas e Entregas do Programa Gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2020.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2020		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
222.1.03 - Expansão da força de trabalho para a implementação das políticas públicas no estado do Ceará.	132-Concurso público realizado	COAFI	-	-	Sem programação

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

### 5.1. Iniciativa 222.1.03 - Expansão da força de trabalho para a implementação das políticas públicas no estado do Ceará. Entrega 132-Concurso público realizado.

A iniciativa se refere à expansão da força de trabalho por meio da entrega de novos servidores efetivos, temporários e empregados públicos. A entrega representa a realização de concursos e seleções públicas para servidores efetivos, temporários e empregados públicos no âmbito dos Órgãos e Entidades estaduais.

Não houve programação de entrega para o período.

A entrega será executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

## 6. Programa Governança Interfederativa das Regiões (241)

O Programa Governança Interfederativa das Regiões (241) tem como órgão Gestor a Secretaria das Cidades (SCidades). Tem como objetivo ampliar a capacidade da gestão dos municípios do Estado do Ceará em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum. É composto por 5 (cinco) iniciativas das quais 4 (quatro) são executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Codur) e pelo Conselho Estadual das Cidades (ConCidades). Além deste, a Secretaria da Fazenda (Sefaz) executa a iniciativa relacionada à Implantação da Governança interfederativa e gestão fiscal cooperada.

Tabela 16 – Iniciativas e Entregas do Programa Governança Interfederativa das Regiões – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2020.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2020		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
241.1.01 - Promoção do planejamento urbano integrado das regiões metropolitanas	1650-Plano publicado	CODUR	1	0	0,0%
241.1.02 - Promoção do planejamento municipal.	1650-Plano publicado	CODUR	1	0	0,0%
241.1.03 - Promoção da qualificação da gestão fiscal e tributária dos municípios.	102-Capacitação realizada	CODUR	-	-	Sem programação
241.1.04 - Promoção do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento urbano nos municípios.	137-Conselho mantido	CONCIDADES	1	0	0,0%
	1509-Assessoria realizada	CONCIDADES	5	0	0,0%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

### 6.1. Iniciativa 241.1.01 - Promoção do planejamento urbano integrado das regiões metropolitanas. Entrega 1650-Plano publicado (número absoluto)

A iniciativa Promoção do planejamento urbano integrado tem como alvo a gestão dos municípios que compõem as Regiões Metropolitanas do Cariri e de Fortaleza, visando a elaboração e publicação dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

O plano publicado refere-se ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado elaborado e entregue à Assembleia Legislativa para aprovação em lei. É executado por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbanos (CODUR).

Não houve entrega do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana do Cariri.

A Execução encontra-se Paralisada na Região do Cariri, com um percentual de 85%, que foi realizado anteriormente ao término do contrato. Na Região Metropolitana de Fortaleza, as atividades ficaram comprometidas, devido à paralisação e encerramento do contrato, com um percentual de 10% dos

trabalhos realizados.

As principais dificuldades se referem ao recente problema de disseminação do Covid-19, no Estado, bem como os decretos publicados pelo Governo do Ceará, que restringem a circulação de pessoas e aglomerações, bem como a celebração de novos Contratos, surge como um impedimento para que as atividades sejam realizadas ou retomadas. Após analisar a atual situação, foi verificada a impossibilidade de cumprir as entregas que foram programadas e o andamento da entrega foi reprogramada para o ano de 2021.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

A impossibilidade de celebrar novos contratos devido aos decretos restritivos em decorrência da pandemia; o que prejudicou também na contratação de equipe técnica com expertise para dar continuidade aos projetos. Além de não ter sido destinado nenhum, recurso Orçamentário para essa iniciativa, durante o ano de 2020 foram as principais dificuldades para execução financeira.

## **6.2. Iniciativa 241.1.02 - Promoção do planejamento municipal. Entrega 1650-Plano publicado (número absoluto)**

A Promoção do planejamento municipal tem como alvo as gestões dos municípios com mais de 20 mil habitantes e, prioritariamente, os que compõem as Regiões Metropolitanas do Estado, estreitando relações por meio de articulações com os municípios envolvidos, objetivando a elaboração e/ou revisão dos Planos Diretores Participativos (PDP).

O plano publicado refere-se à elaboração e/ou revisão dos Planos Diretores Participativos (PDP) nas regiões do Cariri e Grande Fortaleza e os demais planos urbanísticos ambientais. É executado por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbanos (CODUR).

Não foi concluído nenhum Plano Diretor Participativo (PDP) no ano de 2020.

As principais dificuldades se referem à contratação de pessoal e ao recente problema de disseminação do Covid-19, no Estado, que por meio de decretos publicados pelo Governo do Ceará, restringem a circulação de pessoas e aglomerações, bem como a celebração de novos Contratos, surge como um impedimento para que as atividades sejam realizadas ou retomadas. Após analisar a atual situação, foi verificada a impossibilidade de cumprir as entregas que foram programadas e o adiamento da entrega foi reprogramada para o ano de 2021.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	326.667,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>326.667,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para execução financeira foram a impossibilidade de celebrar novos contratos devido aos decretos restritivos em decorrência da pandemia; além de não ter sido elaborado nenhum Termo de Referência para consultoria e nenhum MAPP foi aprovado para essa iniciativa.

### 6.3. Iniciativa 241.1.03 - Promoção da qualificação da gestão fiscal e tributária dos municípios. Entrega 102-Capacitação realizada (número absoluto)

A promoção da qualificação da gestão fiscal e tributária dos municípios tem como alvo as gestões municipais, por meio da contratação de consultoria especializada para realização de estudos e reestruturação da gestão fiscal, econômica e financeira do município por meio de capacitação dos gestores municipais, tendo como fim o desenvolvimento de um programa consistente de autossustentabilidade financeira e fiscal em municípios de porte médio e com população de 30 a 80 mil habitantes.

A capacitação refere-se ao treinamento de gestores e técnicos dos municípios em temas relacionados à gestão fiscal e tributária. É executado por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbanos (CODUR).

Não houve meta programada para 2020, apenas para 2021.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	10.422,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>10.422,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

Para realizar as capacitações é necessário fazer novo TR (Termo de Referência), para licitação e posterior contratação de consultoria. Devido ao recente problema de disseminação do Covid-19, no Estado em razão dos decretos publicados pelo Governo do Ceará, que restringem a circulação de pessoas e aglomerações; bem como a celebração de novos contratos para contratações para Consultoria, surge como um impedimento para que as atividades sejam realizadas. Além disso, não teve nenhum MAPP aprovado para essa iniciativa.

## **6.5. Iniciativa 241.1.04 - Promoção do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento urbano nos municípios.**

### **6.5.1. Entrega 137-Conselho mantido (número absoluto)**

A ampliação do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento urbano tem como público prioritário os municípios que compõem as Regiões Metropolitanas do Cariri, Fortaleza e Sobral visando a criação e o fortalecimento dos Conselhos Municipais das Cidades, estimulando sua articulação com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano para a elaboração dos Planos Diretores e dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI. O apoio se dá através da mobilização dos municípios em seminários de sensibilização para criação de Conselhos Municipais das Cidades, viagens às regiões, orientação do funcionamento e acompanhamento dos conselhos municipais, finalizando na Conferência Estadual das Cidades.

A entrega refere-se à manutenção do Conselho Estadual das Cidades do Ceará, a fim de possibilitar, em observância às diretrizes estabelecidas em seu Regimento Interno, a realização de reuniões ordinárias e reuniões extraordinárias do ConCidades, a realização de seminários regionais preparatórios para as conferências, a realização da Conferência estadual, dentre outras ações. A entrega é executada pelo ConCidades.

Não houve nenhuma atividade de manutenção do Conselho das Cidades no ano de 2020.

As principais dificuldades se referem a não inclusão das ações de execução das iniciativas/entregas no contrato de gestão 2020/2021; falta de equipe técnica de recursos financeiros suficientes para ações planejadas; e a necessidade de atuação presencial dos conselheiros dificultada com o surgimento da pandemia.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

<b>Fonte</b>	<b>Lei + Créditos (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Pago (C)</b>	<b>% Empenho (B/A)</b>	<b>% Pago (C/A)</b>
00 - Recursos ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

### **6.5.2. Entrega 1509-Assessoria realizada (número absoluto)**

A entrega refere-se ao atendimento ao município por meio da realização de atividades voltadas para sensibilização das gestões municipais e da sociedade civil organizada, visando a criação dos conselhos municipais das cidades, prioritariamente nos municípios que compõem as regiões metropolitanas do Cariri, Fortaleza e Sobral e que ainda não tenham seus conselhos instituídos. As atividades consistem em seminários regionais para sensibilização, visitas às regiões e acompanhamentos à distância dos municípios com objetivo de orientar e tirar dúvidas. A entrega é executada pelo ConCidades.

Em 2020 não foi realizada nenhuma assessoria.

As principais dificuldades se referem a não inclusão das ações de execução das iniciativas/entregas no contrato de gestão 2020/2021; falta de equipe técnica de recursos financeiros suficientes para ações

planejadas; e impossibilitadas também com o surgimento da pandemia.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

<b>Fonte</b>	<b>Lei + Créditos (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Pago (C)</b>	<b>% Empenho (B/A)</b>	<b>% Pago (C/A)</b>
00 - Recursos ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

## 7. Programa Atração e desenvolvimento industrial (331)

O Programa Atração e desenvolvimento industrial (331) tem como órgão Gestor a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET). O objetivo do programa é promover a diversificação e a interiorização da indústria cearense, com ampliação da competitividade. É composto por 6 (seis) iniciativas das quais apenas 1 (uma) é executada pela Secretaria das Cidades, por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Cidades do Ceará Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II).

Tabela 17 – Iniciativas e Entregas do Programa Atração e desenvolvimento industrial – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2020.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2020		% Execução PPA
			Programado PPA	Realizado PPA	
331.1.04 - Expansão de cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento econômico do Estado consideradas prioritárias no âmbito da Plataforma Ceará 2050.	184-Empreendimento implantado	UGP II	-	-	Sem programação

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

### 7.1. Iniciativa 331.1.04 - Expansão de cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento econômico do Estado consideradas prioritárias no âmbito da Plataforma Ceará 2050. Entrega 184-Empreendimento implantado (número absoluto)

Esta iniciativa consiste em atrair empreendimentos industriais, preencher os elos faltantes da cadeia produtiva e incentivar o investimento em inovação e tecnologia nos sistemas produtivos e de gestão, visando à ampliação de sua produtividade e competitividade.

O produto refere-se ao investimento produtivo beneficiado pela Política de Incentivos do Estado do Ceará e materializado mediante Resolução de Implantação expedida pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN, considerando também, as ações necessárias (serviço ou infraestrutura) para viabilizar a implantação ou modernização de um parque fabril a fim de garantir a instalação de empreendimentos de médio e grande porte no Estado do Ceará.

Por meio da iniciativa-entrega está sendo construído o Polo Metalmeccânico de Tabuleiro do Norte. No entanto, a obra após concluída deverá ser entregue pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. (ADECE), não cabendo à Secretaria das Cidades o cômputo da mesma. Até dezembro de 2020, a obra encontra-se em execução, com percentual de 86,08%. A entrega está prevista para ser entregue em 2021.

A entrega é executada por meio de Operações de crédito externas, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. No período avaliado, a execução financeira foi de 77,47% (empenhado), conforme tabela abaixo.

<b>Fonte</b>	<b>Lei + Créditos (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Pago (C)</b>	<b>% Empenho (B/A)</b>	<b>% Pago (C/A)</b>
48 - Operações de crédito externas	8.015.000,00	6.209.048,21	6.209.048,21	77,47	77,47
<b>Total</b>	<b>8.015.000,00</b>	<b>6.209.048,21</b>	<b>6.209.048,21</b>	<b>77,47</b>	<b>77,47</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades durante o exercício de 2020 que interferiram no andamento contínuo dessa obra foram: atrasos referentes à remoção de postes no local da obra pela empresa ENEL, atrasos na finalização de ajustes no projeto elétrico solicitados pela empresa ENEL, atrasos na conclusão dos ajustes do projeto de incêndio junto ao Corpo de Bombeiros e a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). Esta última dificuldade provocou a paralisação da obra tendo em vista as medidas de isolamento social para combater a proliferação da pandemia do COVID-19.

## 8. Programa Promoção da requalificação urbana (341)

O Programa Promoção da requalificação urbana (341) tem como órgão Gestor a Secretaria das Cidades. Tem como objetivo requalificar espaços públicos para a melhoria da convivência social, desenvolvimento econômico e melhoria dos serviços públicos, com foco em áreas de maior vulnerabilidade. É composto por 3 (três) iniciativas das quais 2 (duas) foram executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb) e Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Cidades do Ceará Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II). A Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), Superintendência de Obras Públicas (SOP) e o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-CE) também são órgãos executores do programa.

Tabela 18 – Iniciativas e Entregas do Programa Promoção da requalificação urbana – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2020.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2020		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
341.1.01 - Expansão da requalificação de espaços públicos urbanos.	1593-Espaço urbano requalificado	COURB/ UGP II	23.340,00	69.693,97	298,6%
341.1.02 - Expansão da requalificação viária em espaços urbanos.	1332-Via implantada	COURB	47.052,98	0,00	0,0%
	1361-Via pavimentada	COURB	85.600,00	674.684,93	788,2%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

### 8.1. Iniciativa 341.1.01 - Expansão da requalificação de espaços públicos urbanos. Entrega 1593-Espaço urbano requalificado (metro quadrado)

A iniciativa expansão da requalificação de espaços públicos urbanos consiste na reforma ou construção de espaços e equipamentos públicos nos municípios cearenses, priorizando as áreas com maior vulnerabilidade social e os municípios com deficiências em espaços e equipamentos urbanos, através de instrumentos de contrato ou convênios e congêneres com as prefeituras municipais.

A entrega Espaço urbano requalificado refere-se às áreas beneficiadas com construção, reforma, melhoria e reestruturação de edificações, a exemplo de mercados, bibliotecas, creches, galpões, centros de comercialização, abrigos, salas de cinema, auditórios, centros de velório, cemitérios, estádios, quadras poliesportivas e praças, como também ao imóvel para desenvolvimento de atividades meio da Administração municipal destinadas à oferta de serviço público, incluindo elementos de paisagismo, acessibilidade, urbanismo, quiosques, playground, caramanchão, academias ao ar livre, entre outros. A entrega é executada por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Courb) e da Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Cidades do Ceará Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II).

Em 2020 foram concluídas 13 obras nos municípios de Barreira, Brejo Santo, Chaval, Farias Brito, Fortaleza, Morrinhos, Pentecostes, Pires Ferreira, Sobral, Crato, Iracema e Viçosa do Ceará,

perfazendo uma área total de 69.693,97m<sup>2</sup>.

Encontra-se em andamento a conclusão da Urbanização da Lagoa do Pontal no município de Quixeré, com 82,27% das obras. A parte da urbanização já foi concluída e inaugurada, ficando pendente apenas a construção da Estação de Tratamento de Esgoto-ETE. A obra encontra-se em processo de aprovação da ETE junto à Cagece.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Operações de crédito externas e Convênios com órgãos federais. No período teve uma execução financeira de 77,88% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	30.842.225,02	25.500.528,50	21.958.406,93	82,70	71,20
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	1.041.000,00	108.573,02	0,00	10,40	0,00
82 - Convênios com órgãos federais	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>32.883.225,02</b>	<b>25.609.101,52</b>	<b>21.958.406,93</b>	<b>77,88</b>	<b>66,78</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades na execução financeira foram:

- No âmbito do Contrato de Empréstimo com o BID, a principal dificuldade relacionada à conclusão da obra de Urbanização da Lagoa do Pontal de Quixeré em 2020 foi a demora na aprovação do Projeto da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na CAGECE. Somente após aprovação desse projeto poderíamos dar início a execução da obra da ETE.

- Em relação ao convênio com órgãos federais, com o antigo Ministério das Cidades, atual Ministério do Desenvolvimento Regional, no que se refere ao contrato de repasse firmado para implantação de uma praça adequada ao desenvolvimento infantil, tivemos problemas com a emissão de ordem de início de obra pela Caixa Econômica Federal, porque havia pendências em relação a documentação cartorária do terreno cedido pela prefeitura de Fortaleza para início do objeto.

## **8.2. Iniciativa 341.1.02 - Expansão da requalificação viária em espaços urbanos.**

### **8.2.1. Entrega 1332-Via implantada (metro quadrado)**

A expansão da requalificação viária em espaços urbanos consiste implantação e recuperação de vias de acesso no perímetro urbano das cidades, sinalização, recuperação de passeio e implantação de ciclovias, através de formalização de instrumentos de convênio entre Estado e municípios ou por meio de contratos de financiamentos internacionais, para execução da política pública de urbanização e de desenvolvimento sustentável, em todas as regiões do Estado.

A via implantada refere-se ao caminho ou estrada construído, destinado ao pedestre, transporte de passageiros e/ou cargas. Pode ser construída em: Pedra tosca; Paralelepípedo; Bloquete; Pedras decorativas ou Asfalto. Refere-se também à estruturação de vias em espaços urbanos, envolvendo, dentre outras interferências: pavimentação, sinalização, recuperação de passeio e implantação de ciclovias. A entrega é executada pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de

Desenvolvimento Urbano (Courb).

Em 2020 não foi concluída nenhuma obra pela Secretaria das Cidades.

No período estava prevista a execução da construção calçadão, localidade volta no município de Aracati. A obra está com 91,00% de execução física e estava prevista conclusão em agosto de 2020, no entanto, por problemas de execução fora do padrão conveniado e de contratação entre a prefeitura e a empresa executora do serviço, a obra foi paralisada pelo conveniente. A Coordenadoria de Obras Urbanas por meio de seu gestor, notificou o município, logo em seguida visitou, para que resolvesse o corrigisse o erro na obra e reiniciasse as atividades, para que a secretaria pudesse liberar os recursos e, por conseguinte fosse concluída.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro. Não houve execução financeira no período e os recursos remanejados para outras entregas, conforme tabela abaixo. Em virtude da contingência de recursos, foi priorizada a entrega de via pavimentada e detrimento da entrega via implantada.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

### 8.2.2. Entrega 1361-Via pavimentada (metro quadrado)

A via pavimentada refere-se à pavimentação de caminho ou estrada já existentes, destinado ao pedestre, transporte de passageiros e/ou cargas. Pode ser pavimentada em: Pedra tosca; Paralelepípedo; Bloquete; Pedras decorativas ou Asfalto. A entrega é executada pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Courb).

Em 2019 foram entregues 68 obras em 47 municípios e 12 regiões de planejamento. A área total é de 671.684,93 m<sup>2</sup> de via pavimentada.

As principais dificuldades no período estiveram relacionadas a dificuldades financeiras no repasse dos recursos; dificuldades por parte das prefeituras e a demora da Prefeitura para regularizar os seus cadastros de proponentes, apresentar planos de trabalho/projetos básicos, licitar a contratação de obras e serviços de engenharia ou a aquisição de bens, apresentar as prestações de contas para comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, regularizar as situações de inadimplência financeira, entre outros.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. A entrega teve uma execução financeira de 93,32% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	49.314.902,17	45.754.324,86	40.708.772,47	92,80	82,50
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	16.534.000,00	15.694.275,18	14.975.165,84	94,90	90,60
<b>Total</b>	<b>65.848.902,17</b>	<b>61.448.600,04</b>	<b>55.683.938,31</b>	<b>93,32</b>	<b>84,56</b>

Fonte: SIOF

## 9. Programa Mobilidade, trânsito e transporte (343)

O Programa Mobilidade, trânsito e transporte (343) tem como órgão Gestor a Secretaria da Infraestrutura (Seinfra). O objetivo do programa é ampliar o atendimento da necessidade de deslocamento da população cearense, com qualidade e segurança. É composto por 23 iniciativas das quais 1 (uma) foi executada pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Codur).

Tabela 19 – Iniciativas e Entregas do Programa Mobilidade, trânsito e transporte – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2020.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2020		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
343.1.10 - Promoção da integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros	1469-Passageiro de transporte público beneficiado	CODUR	52.839	32.113	60,8%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

### 9.1. Iniciativa 343.1.10 - Promoção da integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros - Entrega 1469-Passageiro de transporte público beneficiado (número absoluto)

A promoção da integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros tem como público-alvo os passageiros de transporte público intermunicipal, visando o repasse dos benefícios para utilização do Bilhete Único Metropolitano (BUM).

A entrega Passageiro de transporte público beneficiado refere-se a pessoa (passageiro) que utiliza, ao menos uma vez, o Serviço Regular de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF fazendo a integração com o Serviço de Transporte Público Coletivo Urbano do Município de Fortaleza e, também, a pessoa (passageiro) que utiliza ao menos uma vez o serviço de transporte público Intermunicipal de passageiros da Região Metropolitana do Cariri - RMC, fazendo a integração com o serviço público de transporte urbanos municipais da RMC, por meio da utilização do Bilhete Único Metropolitano - BUM.

Este Entrega é executado pela Secretaria das Cidades por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Codur). O DETRAN-CE realizava a conferência das informações repassadas pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Ceará (Sindiônibus), por meio do qual é ofertado o serviço à população com o benefício da tarifa integrada, subsidiada pelo Governo do Estado do Ceará.

Conforme Lei nº16.7010 de 21 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo, alterando a estrutura da administração Estadual, em seu Art.46, I, h, é de competência da Agência Reguladora de Serviços Públicos delegados do Estado do Ceará-ARCE, atuando como Interveniente Técnico do Sistema de transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado

do Ceará. Sendo assim desde agosto de 2019, a ARCE, é responsável por operacionalizar, gerar e encaminhar os Relatórios do Sistema Integrado de Transportes-SIT.

Os relatórios são encaminhados via Processo Físico, com ofício para essa Secretaria, alegando conformidade nos dados que foram gerados e atestando as informações, para que se possa dar continuidade aos processos de pagamentos.

Em 2020 foram beneficiados 32.113 passageiros com o subsídio à tarifa integrada, mediante a utilização do Bilhete Único Metropolitano, sendo 29.295 passageiros na RMF e 2.818 passageiros na RMC. O programado para o ano foi de 52.839 passageiros, com execução de 60,8%.

Os passageiros realizaram um total de 1.453.237 integrações em 2020, sendo 1.355.440 integrações na RMF e 97.797 integrações na RMC, utilizando o Bilhete Único Metropolitano, ao se deslocar, pelo menos uma vez, utilizando o serviço de transporte público urbano metropolitano de passageiros, no modal ônibus, integrado com o serviço de transporte urbano de Fortaleza.

O realizado de 2020 foi bastante inferior à meta e aos anos anteriores por causa das determinações que foram aprovadas pelo Governo do Estado, por meio de decretos e resoluções nas quais se fundamentam as restrições abordadas: o Decreto 33.519, de 19 de março de 2020, que determinou a situação de emergência em saúde no Estado em função do Covid-19, comprometeu os serviços de transporte rodoviário intermunicipal e metropolitano de passageiros, regular e complementar, com a paralisação.

A saber, foi anunciado pelo Governo do Estado, no início de junho o Plano de retomada da economia do Ceará, em recuperação aos efeitos da epidemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2). A partir do dia 1º de junho até o dia 7, iniciou a fase de transição, seguida por outras quatro, cada uma com 14 dias, com a divisão das atividades liberadas para retomarem por grupos. Baseada em critério de risco sanitário e outro econômico e social. As fases foram especificadas por decretos, incluindo a liberação de transportes rodoviários intermunicipais e metropolitanos.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. A entrega teve uma execução financeira de 96,37% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	2.433.223,68	2.344.842,20	2.060.416,55	96,37	84,68
<b>Total</b>	<b>2.433.223,68</b>	<b>2.344.842,20</b>	<b>2.060.416,55</b>	<b>96,37</b>	<b>84,68</b>

Fonte: SIOF

## 10. Programa Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana (621)

O Programa Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana (621) tem como órgão Gestor a Secretaria das Cidades. O objetivo ampliar o acesso da população cearense aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem em condições adequadas. É composto por 11 (onze) iniciativas executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan), da Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Cidades do Ceará Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II) e da Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb). As ações do programa são realizadas também por meio da Secretaria do Turismo, Cagece e Ceasa. Além dessas, também tem ações executadas por meio do Fundo Estadual de Saneamento Básico-FESB.

Tabela 20 – Iniciativas e Entregas do Programa Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2020.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2020		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
621.1.01 - Expansão do serviço de abastecimento de água	1073-Sistema de abastecimento de água ampliado	COSAN	-	-	Sem programação
	322-Ligação domiciliar de água realizada	COSAN	100	0	0,0%
	475-Projeto elaborado	COSAN	-	-	Sem programação
	537-Sistema de abastecimento de água implantado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.02 - Qualificação do serviço de abastecimento de água.	475-Projeto elaborado	COSAN	-	-	Sem programação
	538-Sistema de abastecimento de água melhorado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.03 - Expansão do serviço de esgotamento sanitário.	1074-Sistema de esgotamento sanitário ampliado	COSAN	-	-	Sem programação
	324-Ligação domiciliar de esgoto realizada	COSAN	300	0	0,0%
621.1.03 - Expansão do serviço de esgotamento sanitário.	475-Projeto elaborado	COSAN	-	-	Sem programação
	542-Sistema de esgotamento sanitário implantado	COSAN	-	-	Sem programação

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2020		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
621.1.04 - Qualificação do serviço de esgotamento sanitário.	475-Projeto elaborado	COSAN	-	-	Sem programação
	543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de Saneamento Urbano.	1024-Estudos e projetos realizados	COSAN	-	-	Sem programação
	137-Conselho mantido	COSAN	1	1	100,0%
	467-Projeto apoiado	COSAN	1	1	100,0%
621.1.06 - Promoção da educação e da responsabilidade socioambiental em saneamento.	237-Evento realizado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso.	1339-Sistema de reuso de água implantado	COSAN	-	-	Sem programação
	475-Projeto elaborado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.08 - Promoção do planejamento das ações municipais de saneamento.	475-Projeto elaborado	COSAN/UGP II	0	7	Superou a meta anual
621.1.09 - Promoção do planejamento estadual do abastecimento de água e esgotamento sanitário no Ceará.	1709-Sistema de informação desenvolvido	COSAN	-	-	Sem programação
	475-Projeto elaborado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.10 - Expansão da infraestrutura para o adequado manejo de águas pluviais.	934-Sistema de drenagem implantado	COSAN/COURB	-	-	Sem programação

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

## 10.1. Iniciativa 621.1.01 - Expansão do serviço de abastecimento de água.

### 10.1.1. Entrega 1073-Sistema de abastecimento de água ampliado (número absoluto)

A iniciativa de expansão do serviço de abastecimento de água inclui a implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água em âmbito local e regional. A entrega se refere à Sistemas de abastecimento de água que se integram a sistemas já existentes. São compostos por manancial, adutora, estação de tratamento de água, rede de distribuição, reservatório, ligação de água, estação

elevatória, entre outros equipamentos. Devem ser enquadradas como ampliação, ações que gerarem novas ligações.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

Deverá ser executada pela Cagece havendo apenas o repasse financeiro para a execução das obras.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Operações de crédito internas e Convênios com órgãos federais. A entrega teve uma execução financeira de 53,57% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
46 - Operações de crédito internas	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82 - Convênios com órgãos federais	30.014.771,78	16.145.189,82	16.145.189,82	53,79	53,79
00 - Recursos ordinários	33.510,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 - Dividendos	23.335.467,80	12.586.584,24	11.005.631,80	53,94	47,16
<b>Total</b>	<b>53.633.749,58</b>	<b>28.731.774,06</b>	<b>27.150.821,62</b>	<b>53,57</b>	<b>50,62</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para execução financeira no período foram:

Em relação ao desembolso da fonte 46, está prevista a Ampliação do Serviço de Abastecimento de Água do Projeto Farol Novo (PRO-MORADIA) executado pela SCidades. No entanto, dificuldades técnicas ao longo do processo, envolvendo o órgão financiador (CAIXA) impediram a execução.

Em relação às dificuldades de execução das fontes 00, 06 e 82, executadas pela Cagece, refere-se a dificuldades técnicas ao longo dos processos. Especificando por empreendimento, seguem os pontos que contribuiram negativamente para baixa execução.

Na obra do SAA Taquarã houve a necessidade de Readequação de Projeto para alinhamento com as necessidades locais, principalmente do público diretamente afetado. Nas obras do SAA de Tauá, SAA de Russas, SAA de Jaibaras e SAA de Quixadá, o cenário de enfrentamento à pandemia foi determinante para o pedido de dilação do prazo estabelecido no Termo de Compromisso. Considerando a situação excepcional, diversas atividades econômicas foram suspensas em 19 de março de 2020. No entanto, em junho, iniciou-se a retomada progressiva das atividades no Estado. O retorno gradual das atividades interferiu diretamente na execução dos serviços da obra impedindo que fosse atendido o ritmo desejado. Concorrem para isso, as atividades de mobilização das equipes e dos equipamentos, ainda considerando o baixo continente da equipe na SCidades, ocasionando o atraso na análise dos aditivos solicitados.

Na obra da SAA de Umirim, Oiticica e Caxitoré e SAA de Caridade, além das questões da pandemia, houveram dificuldades técnicas ao longo do processo envolvendo o agente financiador (Funasa).

Algumas obras, como SAA de Aracati e SAA de Juazeiro do Norte aguardam a aprovação da reprogramação do contrato na Caixa Econômica Federal.

Em relação à obra do SAA de Capuan, mesmo após envio de ofício sanando as pendências relatada

pela Caixa, não teve seus recursos liberados na integridade. Aguardando aprovação do aditivo.

#### 10.1.2. Entrega 322-Ligação domiciliar de água realizada (número absoluto)

A entrega refere-se à implantação de hidrômetro que efetiva a ligação domiciliar à rede de abastecimento de água.

O planejado para o ano era de 100 ligações domiciliar realizadas. No entanto, não houve entrega no período, devido à reorganização da política em virtude da pandemia.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e do FESB. Não houve execução financeira no período, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

Devido à pandemia da Covid-19 os recursos foram utilizados para pagamento da isenção dos usuários de baixa renda do meio rural.

#### 10.1.3. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

A entrega se refere a Estudos e projetos voltados para a implantação ou ampliação de sistemas de abastecimento de água.

Não havia meta prevista para o ano de 2020, apenas para 2021.

A entrega é executada por meio da fonte de recurso Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

#### 10.1.4. Entrega 537-Sistema de abastecimento de água implantado (número absoluto)

Sistemas de abastecimento de água que não se integram a sistemas já existentes. São compostos por manancial, adutora, estação de tratamento de água, rede de distribuição, reservatório, ligação de água, estação elevatória, entre outros equipamentos. Sua implantação gera novas ligações.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

Encontra-se em execução a Implantação do Sistema de abastecimento de Água de Mineiro em Jaguaribara que está com a obra praticamente concluída fisicamente (86,77%), sem a execução de ligação predial. A entrega será realizada pela Cagece.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Convênios com órgãos federais. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00 - Recursos ordinários	297.646,23	0,00	0,00	0,00	0,00
82 - Convênios com órgãos federais	740.193,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.037.839,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

Não há desembolso financeiro, pois, o Estado fez a obra no orçamento anterior e está aguardando ressarcimento por parte da Funasa.

## **10.2. Iniciativa 621.1.02 - Qualificação do serviço de abastecimento de água.**

### **10.2.1. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)**

A iniciativa se refere a otimização ou manutenção de sistemas de abastecimento de água existentes que não geram ampliação do número de ligações totais. As intervenções visam redução perdas, melhoria da qualidade de água ou da prestação do serviço.

A entrega refere-se a Estudos e projetos voltados para a melhoria de sistemas de abastecimento de água. É executada por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há meta prevista para o ano de 2020, apenas para 2023.

Durante o período foi assinado o contrato cujo objeto é a Elaboração de Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo para o Sistema de Abastecimento de Água de Caucaia e está aguardando ordem de serviço.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Convênios com órgãos federais. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

### **10.2.2. Entrega 538-Sistema de abastecimento de água melhorado (número absoluto)**

A entrega consiste no Sistema de abastecimento de água que sofreu intervenção visando redução de perdas, melhoria da qualidade de água ou da prestação de serviço sem incremento de ligações totais.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

A Cagece é a executora das obras e a SCidades apenas repassa os recursos. É executada por meio da fonte de recursos Convênios com órgãos federais. A execução financeira do período foi de 0,42%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	16.015.346,63	66.891,62	66.891,62	0,42	0,42
<b>Total</b>	<b>16.015.346,63</b>	<b>66.891,62</b>	<b>66.891,62</b>	<b>0,42</b>	<b>0,42</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para execução financeira foram:

Em relação ao Sistema de Abastecimento de Água de – Adutora de Cascavel financiada pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 do Governo Federal, a obra concluída fisicamente e aguarda aprovação da Declaração de Incorporação de Ativos pela Caixa, para liberação de desembolso final.

Atualmente, a liberação final pela Caixa já foi realizada, aguardando a aprovação de um aditivo de valor ao Termo de Cooperação, para a SCidades liberar o pagamento à Companhia.

### **10.3. Iniciativa 621.1.03 - Expansão do serviço de esgotamento sanitário.**

#### **10.3.1. Entrega 1074-Sistema de esgotamento sanitário ampliado (número absoluto)**

A iniciativa de expansão do serviço de esgotamento sanitário inclui a implantação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário em âmbito local e regional.

A entrega Sistema de Esgotamento Sanitário Ampliado consiste na integração a sistemas já existentes. Devem ser enquadradas como ampliação, ações que gerarem novas ligações. São compostos por coletor tronco, estação de tratamento de esgoto, estação elevatória, rede coletora, poços de visita, emissário, interceptor, ligações prediais, entre outros equipamentos. É executada por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há meta prevista para o ano de 2020, apenas para 2022.

Ainda não foi dada a Ordem de Serviço das obras dos sistemas de esgotamento sanitário de Milagres e Mauriti, porém o processo de licitação já foi finalizado. O Projeto Farol Novo (PRO-MORADIA) está com 18,31% de execução. As principais dificuldades estão relacionadas ao atraso na execução física e ao repasse de recursos pelo agente financiador.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Dividendos da Cagece, Operações de crédito internas e Convênios com órgãos federais. A execução financeira foi de 43,15%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	459.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00 - Dividendos - Cagece	9.001.491,55	2.605.875,02	2.605.875,02	28,95	28,95
46 - Operações de crédito internas	3.137.000,61	507.009,85	507.009,85	26,17	26,17
82 - Convênios com órgãos federais	11.703.302,68	7.373.928,58	7.373.928,58	63,01	63,01
<b>Total</b>	<b>24.300.794,84</b>	<b>10.486.813,45</b>	<b>10.486.813,45</b>	<b>43,15</b>	<b>43,15</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades relacionadas à execução financeira no tocante à fonte 46 utilizada para execução do Projeto Farol Novo ainda está aguardando a liberação do recurso por parte do agente financeiro (Caixa). Em relação aos sistemas de Milagres e Mauriti, financiados pela fonte 82, estava aguardando a ordem de serviço para início das obras.

Em relação a baixa execução nas fontes 00, 06 e 82, refere-se a dificuldades técnicas ao longo dos processos, dos quais podemos destacar as seguintes pendências:

Na obra do SES do Residencial Cidade Jardim houveram dificuldades técnicas ao longo do processo, ocasionando atraso na liberação dos recursos pelo do órgão financiador (CAIXA).

Na obra do SES de Itaitinga, conforme informado pela CAGECE, o contrato com a construtora Altos Engenharia Ltda foi rescindido e um novo processo licitatório foi iniciado. A obra foi iniciada, porém a Caixa ainda estava analisando a proposta de alteração do projeto em relação a concepção inicial. Portanto, a Cagece não poderia realizar a reprogramação contratual e com isso à CEF não poderia repassar o recurso à SCidades.

Na obra do SES CE-06, o contrato foi rescindido em função da incapacidade da empresa contratada em executar a obra, sendo necessária convocação de outras empresas para firmar novo pacto contratual, o que demandou muito tempo, comprometendo os prazos inicialmente previstos.

Na obra do SES de Tauá houve a necessidade de Aprovação da Reprogramação na Caixa.

Na obra do SES de Viçosa do Ceará ocorreu um atraso da aquisição e instalação do inversor de frequência, o que provocou o atraso na etapa de teste e pré-operação. Além disso houve demora na aprovação de duas prestações de contas pendentes na Caixa.

Na obra da SES de Santana do Cariri, a empresa contratada não manifestou interesse em dar continuidade ao contrato. Dessa forma, a referida obra foi objeto de nova licitação.

Além destes motivos apontados, na fonte recursos ordinários, o valor de R\$ 459.000,00, não estava disponível para Obras e Instalações, mas para despesas de exercícios anteriores (DEA).

### **10.3.2. Entrega 324-Ligação domiciliar de esgoto realizada (número absoluto)**

A entrega Ligação domiciliar de esgoto realizada consiste na implantação de ramal predial que efetiva a ligação domiciliar à rede de esgotamento sanitário.

Não houve entrega no período de janeiro a dezembro/2020. Essa entrega deverá ser executada pela Cagece uma vez que o Governador cancelou o Mapp da SCidades e transferiu os recursos para a Companhia.

### **10.3.3. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)**

A entrega Projeto Elaborado consiste na elaboração de estudos e projetos voltados para a implantação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário.

Não há meta prevista para o ano de 2020, apenas para 2021.

Estão em andamento 3 estudos: 1.Projeto básico e executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário das Praias da Região Oeste, no município de Caucaia, financiado com recursos do PAC (4ª seleção), tendo a Ordem de Serviço emitida dia 09/09/2020, tempo de execução: 540 dias, previsão de término 2022. Até novembro/2020 foi executado 3,03% da obra. 2.Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo para o Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Fortaleza - Bacias do Rio Siqueira Bacias do Rio Siqueira, contrato assinado. 3.Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo para o Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Cascavel, contrato assinado. Os principais problemas estão relacionados ao repasse de recursos pelo agente financiador.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Convênios com órgãos federais. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

A principal dificuldade para execução financeira foram a falta de repasse pelo agente financiador.

### **10.3.4. Entrega 542-Sistema de esgotamento sanitário implantado (número absoluto)**

A entrega se refere a Sistemas de esgotamento sanitário que não se integram a sistemas já existentes. São compostos por coletor tronco, estação de tratamento de esgoto, estação elevatória, rede coletora, poços de visita, emissário, interceptor, ligações prediais, entre outros equipamentos. Sua implantação gera novas ligações.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

As obras serão entregues pela Cagece. É executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Dividendo da Cagece, Operações de crédito internas e Convênios com órgãos federais. A execução financeira do período foi de 1,04% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	132.316,67	132.316,67	0,00	100,00	0,00
00 - Dividendos - Cagece	348.054,19	27.445,56	27.445,56	7,89	7,89
46 - Operações de crédito internas	31.750.110,39	0,00	0,00	0,00	0,00
82 - Convênios com órgãos federais	6.881.750,00	247.010,04	247.010,04	3,59	3,59
<b>Total</b>	<b>39.112.231,25</b>	<b>406.772,27</b>	<b>274.455,60</b>	<b>1,04</b>	<b>0,70</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para execução financeira foram:

No âmbito da Secretaria das Cidades não há metas programadas durante o PPA 2020-2023 e as entregas serão realizadas pela Cagece.

Em relação à CAGECE, as principais dificuldades foram especificamente na obra do SES de Massapê considerando a análise dos ressarcimentos realizada sistematicamente pela Companhia. Dificuldades técnicas ao longo do processo, ocasionando atraso na liberação dos recursos pelo do órgão financiador (FUNASA). Além disso, é aguardado um aditivo em análise pela FUNASA.

#### **10.4. Iniciativa 621.1.04 - Qualificação do serviço de esgotamento sanitário.**

##### **10.4.1. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)**

A iniciativa consiste na otimização ou manutenção de sistemas de esgotamento sanitário existentes que não geram ampliação do número de ligações totais. As intervenções visam melhoria da prestação do serviço e da qualidade do efluente sanitário.

A entrega Projeto Elaborado consiste na elaboração de estudos e projetos voltados para a melhoria de sistemas de esgotamento sanitário. É executada por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há meta prevista para o ano de 2020, apenas para 2023.

Não há previsão para iniciar os processos de licitações.

A entrega é executada por meio da fonte de recurso Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

### 10.4.3. Entrega 543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado (número absoluto)

A entrega consiste no Sistema de esgotamento sanitário que sofreu intervenção visando melhoria da qualidade do efluente sanitário ou da prestação de serviço, sem incremento de ligações totais.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

As obras serão entregues pela Cagece. A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Dividendo da Cagece, Operações de crédito internas e Convênios com órgãos federais. A execução financeira foi de 25,43% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00 - Dividendos - Cagece	1.316.386,46	139.560,17	139.560,17	10,60	10,60
82 - Convênios com órgãos federais	2.859.333,91	922,227,96	922,227,96	32,30	32,30
<b>Total</b>	<b>4.175.720,37</b>	<b>1.061.788,13</b>	<b>1.061.788,13</b>	<b>25,43</b>	<b>25,43</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para execução financeira foram:

No âmbito da Secretaria das Cidades não há metas programadas durante o PPA 2020-2023 e as entregas serão realizadas pela Cagece.

Em relação à CAGECE, as principais dificuldades foram especificamente na obra do SES de Marco considerando a análise dos ressarcimentos realizada sistematicamente pela Companhia. Dificuldades técnicas ao longo do processo, ocasionando atraso na liberação dos recursos pelo do órgão financiador (FUNASA). Além disso, é aguardado um aditivo em análise pela FUNASA.

### 10.5. Iniciativa 621.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de Saneamento Urbano.

#### 10.5.1. Entrega 1024-Estudos e projetos realizados (número absoluto)

Esta iniciativa consiste em incentivar a melhoria da gestão dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e reuso de águas entre os vários parceiros do sistema de saneamento do estado.

A entrega envolve a elaboração de estudos e projetos voltados para a melhoria da prestação de serviços de saneamento básico urbano.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

A entrega deverá ser entregue pela Cagece e é executada por meio da fonte de recursos Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48 - Operações de crédito externas	439.418,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>439.418,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para execução financeira foram:

No âmbito da Secretaria das Cidades não há metas programadas durante o PPA 2020-2023 e as entregas serão realizadas pela Cagece.

Pela Cagece, há um Projeto de Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica e Fortalecimento da Inteligência na Gestão Pública do Estado do Ceará, cujos recursos financeiros são oriundos do Contrato Nº 9.006-BR, firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), especificamente, a contratação dos Serviços de Engenharia Consultiva para Gerenciamento, Fiscalização e Assessoria Técnica da Obra de Controle de Perdas no município de Fortaleza e ao Controle e Redução de Perdas na Região Metropolitana de Fortaleza por Setores Hidráulicos (01 a 06), não havendo desembolso pois as licitações estavam em elaboração e andamento em 2020.

#### **10.5.2. Entrega 137-Conselho mantido (número absoluto)**

A entrega refere-se à manutenção do funcionamento do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Saneamento Básico (CGFESB).

No período houve realização de reunião deliberativa do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Saneamento Básico-CGFESB.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos diretamente arrecadados pelo FESB. Não houve execução financeira, pois, a reunião do Conselho Gestor foi realizada no formato virtual, de forma que não gerou gastos.

#### **10.5.3. Entrega 467-Projeto apoiado (número absoluto)**

O projeto apoiado refere-se aos contratos de serviços prestados pela gerenciadora e/ou supervisora dos projetos.

Em 2020 foi realizado o Apoio institucional à execução de obras e atividades de saneamento urbano e rural, trabalho técnico social, implantação de fogões sustentáveis e regularização fundiária de imóveis urbanos no Estado do Ceará, por meio de Contrato de Gestão.

A entrega é executada por meio da fonte de recurso Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

A execução financeira do contrato é feita por meio dos programas de Habitação e Revitalização de áreas degradadas.

#### **10.6. Iniciativa 621.1.06 - Promoção da educação e da responsabilidade socioambiental em saneamento. Entrega 237-Evento realizado (número absoluto)**

A iniciativa inclui os programas de responsabilidade social, incluindo ações de educação ambiental, teatro de bonecos, atividades temáticas, iniciativas de ajuda à comunidade, eventos, fóruns, visitas porta a porta, entre outras.

Ações de educação ambiental, teatro de bonecos, atividades temáticas, iniciativas de ajuda à comunidade, eventos, fóruns, visitas porta a porta destinadas ao público das comunidades onde são realizadas as intervenções. A entrega é executada pela Cagece.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos próprio da Cagece e pode ser previsto recursos do Tesouro para execução. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

#### **10.7. Iniciativa 621.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso. 10.7.1. Entrega 1339-Sistema de reuso de água implantado (número absoluto)**

A iniciativa visa à implantação de estações de tratamento de água de reuso, aquisição de equipamentos para o reuso de águas servidas, reestruturação de estações de tratamento de água ou esgoto existente para a produção de água de reuso.

Trata-se da adequação de um sistema existente ou construção de um novo sistema para o tratamento da água de reuso, incluindo aquisição de equipamentos, obras, serviços de engenharia, entre outros. É executada por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há meta prevista para o ano de 2020, apenas para 2023.

A entrega será executada por meio da fonte de recurso Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

### 10.7.2. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

A entrega estudos e projetos voltados para a implantação de tecnologias que permitam a produção da água de reuso.

Não havia meta para o ano de 2020, apenas para 2023.

A entrega será executada por meio da fonte de recurso Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

### 10.8. Iniciativa 621.1.08 - Promoção do planejamento das ações municipais de saneamento. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

A promoção do planejamento das ações municipais de saneamento caracteriza-se pelo apoio técnico, institucional e financeiro realizado pelo Estado do Ceará aos municípios a fim de auxiliar o planejamento do setor, ou, até mesmo, sua atuação direta no planejamento, ao que se refere às Regiões Metropolitanas. O principal produto desta iniciativa é o Plano Municipal de Saneamento Básico, ferramenta de gestão prevista pela Lei n. 11.445/2007.

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é o resultado de um conjunto de estudos que objetiva conhecer a situação atual do município e planejar as ações e alternativas para a universalização dos serviços públicos de saneamento, resultando na promoção do saneamento, da saúde pública e do meio ambiente. A entrega é realizada através de esforços da Secretaria das Cidades por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II).

Em 2020 foram entregues 7 Planos Municipais de Saneamento Básico pela SCidades e Cagece.

Houve a Revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico de Limoeiro do Norte e Morada Nova (Região 14) por meio da Secretaria das Cidades e a conclusão do Plano Municipal de Saneamento Básico dos municípios de Maracanaú, Paracuru e Pacajus (Região 3), Itapipoca (Região 6) e Baturité (Região 7) apoiado pela Cagece.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Operações de crédito externas. A execução financeira foi de 48,09% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externo	749.000,00	360,197.53	360,197.53	48,09	48,09
<b>Total</b>	<b>749.000,00</b>	<b>360,197.53</b>	<b>360,197.53</b>	<b>48,09</b>	<b>48,09</b>

Fonte: SIOF

A principal dificuldade para execução financeira (Fonte 48) no exercício de 2020 do Contrato nº 043/CIDADES/2018, cuja contratada era o Consórcio do Grupo PROYFE/CONEN, foi a demora na aprovação dos produtos pelos *stakeholders* após a entrega pela contratada.

### 10.9. Iniciativa 621.1.09 - Promoção do planejamento estadual do abastecimento de água e esgotamento sanitário no Ceará.

#### 10.9.1. Entrega 1709-Sistema de informação desenvolvido (número absoluto)

A iniciativa visa a otimização das ações do Governo do Estado do Ceará, esta iniciativa inclui as atividades de diagnóstico, análise de viabilidade de cenários e prognóstico da situação do saneamento do Estado, estabelecendo as metas necessárias para a universalização em prazo específico a ser definido. Diretrizes aos contratos de programas a serem firmados entre os municípios e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) e orientações de atuação para a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce) na regulação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A entrega se trata do desenvolvimento do SISANCE, sistema de informações instituído pela Lei Complementar n. 162/2016 que visa a coleta, tratamento e armazenamento de dados, possibilitando maior transparência das ações e possibilitando a otimização dos investimentos e auxiliando na tomada de decisão. A entrega será executada pela Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há programação de entrega para o ano de 2020, apenas para 2023.

Os principais riscos para execução é a falta de recursos humanos e financeiros para realização do mesmo.

A entrega será executada por meio da fonte de recurso Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

### 10.9.3. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

O Plano de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (PAAES) é um instrumento de planejamento das ações de saneamento básico para a implantação gradual de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos, incluindo o diagnóstico atual do setor, os programas, ações e metas adequadas para a universalização desses. A entrega será executada pela Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há programação para o ano de 2020, apenas para 2021.

O projeto está em fase de preparação dos instrumentos necessários para a contratação da Consultoria.

A entrega será executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Operações de crédito externas (IPF). Não houve execução financeira no período, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externo	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>700.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

Como o projeto ainda está em fase de preparação dos instrumentos necessários para a contratação da Consultoria não houve execução financeira no período.

### 10.10. Iniciativa 621.1.10 - Expansão da infraestrutura para o adequado manejo de águas pluviais. Entrega 934-Sistema de drenagem implantado (número absoluto)

A iniciativa inclui a implantação, expansão ou melhoria do sistema composto por estruturas e instalações nas vias urbanas destinadas ao escoamento das águas das chuvas, tais como: sarjetas, bueiros, galerias, dentre outras. Esse sistema canaliza a água de modo a reaproveitar e redirecionar o fluxo para tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas, principalmente nas localidades em que possam ocorrer enxurradas e inundações.

A entrega se refere ao sistema composto por estruturas e instalações nas vias urbanas destinadas ao escoamento das águas das chuvas, tais como: sarjetas, bueiros, galerias, dentre outras. Esse sistema canaliza a água de modo a reaproveitar e redirecionar o fluxo para tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas, principalmente nas localidades em que possam ocorrer enxurradas e inundações. Poderá ser executada pela Coordenadoria de Saneamento (Cosan) e Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb).

Não há meta programado para o período.

A entrega poderá ser executada por meio da fonte de recurso Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

<b>Fonte</b>	<b>Lei + Créditos (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Pago (C)</b>	<b>% Empenho (B/A)</b>	<b>% Pago (C/A)</b>
00 - Recursos ordinários	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

## 11. Programa Abastecimento de água e esgotamento sanitário no meio rural (622)

O Programa Abastecimento de água e esgotamento sanitário no meio rural (622) tem como órgão a Secretaria das Cidades. O objetivo é ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. É composto por 7 (sete) iniciativas e são executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan) e Unidade de Gerenciamento do Programa Águas do Sertão (UGP PAS). Além desta, executam o programa a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB).

Tabela 21 – Iniciativas e Entregas do Programa Abastecimento de água e esgotamento sanitário no meio rural – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2020.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2020		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
622.1.01 - Expansão do acesso a abastecimento de água no meio rural.	537-Sistema de abastecimento de água implantado	COSAN/UGP PAS	9	0	0,0%
	1073-Sistema de abastecimento de água ampliado	UGP PAS	0	-	Sem programação
622.1.02 - Qualificação do acesso a abastecimento de água.	538-Sistema de abastecimento de água melhorado	UGP PAS	1	0	0,0%
622.1.03 - Expansão do acesso a esgotamento sanitário.	542-Sistema de esgotamento sanitário implantado	COSAN/UGP PAS	0	-	Sem programação
	1074-Sistema de esgotamento sanitário ampliado	UGP PAS	0	-	Sem programação
	1595-Módulo sanitário implantado	UGP PAS	15	0	0,0%
622.1.04 - Qualificação do acesso a esgotamento sanitário no meio rural.	543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado	UGP PAS	1	0	0,0%
	1596-Módulo sanitário melhorado	UGP PAS	0	-	Sem programação
622.1.05 - Promoção do Sistema Integrado de Saneamento Rural.	193-Entidade apoiada	UGP PAS	1	1	100,0%
622.1.06 - Promoção do gerenciamento da política pública de saneamento no meio rural.	467-Projeto apoiado	UGP PAS	1	0	0,0%
	1024-Estudos e projetos realizados	UGP PAS	1	0	0,0%
622.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso para produção agrícola.	1339-Sistema de reuso de água implantado	COSAN/UGP PAS	0	-	Sem programação

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

**11.1. Iniciativa 622.1.01 - Expansão do acesso a abastecimento de água no meio rural.**  
**11.1.1. Entrega 537-Sistema de abastecimento de água implantado (unidade)**

A iniciativa consiste na implantação de soluções de abastecimento de água para domicílios em comunidades rurais através de tecnologias sociais de acesso à água, como cisternas de placas, dessalinizadores solares, cisternas de polietileno, sistemas de abastecimento de água simplificado, poços e chafarizes.

A entrega consiste em sistemas simplificados de abastecimento de água em comunidades rurais do Estado do Ceará. São compostos por manancial, adutora, estação de tratamento de água, rede de distribuição, reservatório, ligação de água, estação elevatória, entre outros equipamentos. É executada pela Cosan por meio do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) e pela UGP PAS por meio do Programa Águas do Sertão.

Não houve entrega no período.

Por meio do Programa Águas do Sertão não haverá nenhuma entrega em 2020 por conta de atrasos na assinatura do Contrato de Empréstimo e devido ao Estado de Calamidade pública causado pela pandemia os serviços atuaram em regime especial de trabalho.

Por meio do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), encontram-se em execução os Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) de Barra de Santana com execução total de 97,98% (execução de 6,58% no período); SAA Complexo Beleza com execução total de 99,04%(8,26% no período); e SAA de Gentil com execução total de 84,77% (9,67% no período). Além desses, está iniciando a execução do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Cipó com execução total de 22,05% (execução de 22,05% no período).

Em relação ao atraso da entrega do SAA de Gentil, para conclusão de todos os serviços da obra, necessita de aprovação do projeto readequado as novas diretrizes quando à captação das águas do canal pelo MDR. Em relação ao SAA de Beleza, a empresa finalizou os últimos serviços referentes à obra, e aguarda somente a ligação da energia elétrica por parte da concessionária para que sejam realizados os testes de operação do sistema. Segundo a ENEL, faz-se necessário autorização de passagem do proprietário da terra, o DNOCS. Em relação ao SAA de Barra de Santana, para funcionamento do sistema é necessária ampliação da rede elétrica pela ENEL.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Operações de crédito externas e Convênios com órgãos federais. A execução financeira foi de 17,60% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	327.000,00	5,918,42	5,918,42	1,80	1,80
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	6.113.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82 - Convênios com órgãos federais	16.210.000,00	3.979.479,78	3.669.021,01	24,50	22,60
<b>Total</b>	<b>22.650.000,00</b>	<b>3.985.398,20</b>	<b>3.674.939,43</b>	<b>17,60</b>	<b>16,22</b>

Fonte: SIOF

Houve dificuldades para execução financeira do PISF em 2020 (Fontes 00 e 82), no que se refere a atrasos na execução de algumas obras devido à necessidade de ampliação de redes elétricas através da ENEL; pendências nos processos de desapropriações de terrenos nas obras; resistências de algumas empresas na assinatura da ordem de serviço atrasando o início das obras, por conta das solicitações de reequilíbrios econômicos financeiros para compensar o aumento de preços de diversos insumos ocasionados pela pandemia; diminuição no ritmo de execução das obras por conta do afastamento de funcionários acometidos pela COVID-19.

Em relação ao Programa Águas do Sertão, a principal dificuldade para execução financeira das fontes 00 e 48 foi a pandemia, atrasando os processos de obtenção de outorga, licença e consequentemente a licitação. Além disso, duas das obras previstas serão relicitadas tendo em vista que no primeiro certame licitatório as empresas não foram habilitadas.

### 11.1.2. Entrega 1073-Sistema de abastecimento de água ampliado (unidade)

A entrega consiste em sistemas de abastecimento de água que se integram a sistemas já existentes. Devem ser enquadradas como ampliação, ações que gerarem novas ligações. São compostos por manancial, adutora, estação de tratamento de água, rede de distribuição, reservatório, ligação de água, estação elevatória, entre outros equipamentos.

Não há entregas deste produto programadas para o ano de 2020, apenas para 2021.

Por conta do atraso da assinatura do contrato de empréstimo, prevista para 2018, que ocorreu apenas em jun/2019, todos os processos que dependiam deste ato atrasaram.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>145.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

A principal dificuldade para execução financeira se deve ao atraso na licitação que ainda não foi iniciada.

### **11.2. Iniciativa 622.1.02 - Qualificação do acesso a abastecimento de água. Entrega 538-Sistema de abastecimento de água melhorado (unidade)**

A iniciativa consiste na otimização ou manutenção de sistemas de abastecimento de água existentes que não geram ampliação do número de ligações totais. As intervenções visam redução de perda e melhoria da qualidade de água ou da prestação do serviço.

A entrega Sistema de abastecimento de água que sofreu intervenção, visando redução de perdas e melhoria da qualidade de água ou da prestação de serviço sem incremento de ligações totais. Inclui, portanto, a adoção de inovação tecnológica (por exemplo, painéis solares, equipamentos de cloro, etc.) com o objetivo de reduzir custos, aumentar a resiliência e a eficiência operacional dos sistemas. É executada por meio da UGP PAS.

Não houve entregas no período.

As entregas referentes a essa meta poderão ocorrer em 2021. É válido destacar que houve atraso na assinatura do contrato de empréstimo, prevista para 2018, que só ocorreu em jun/2019. Portanto, todos os processos que dependiam deste ato atrasaram.

A entrega será executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	1.110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.260.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

A principal dificuldade para execução financeira foi a pandemia, atrasando os processos de obtenção de outorga, licença e consequentemente a licitação. Atualmente o processo licitatório está finalizado, aguardando o processo de contratação da empresa vencedora.

### **11.3. Iniciativa 622.1.03 - Expansão do acesso a esgotamento sanitário.**

#### **11.3.1. Entrega 542-Sistema de esgotamento sanitário implantado (unidade)**

A iniciativa apoiará a construção de estruturas de saneamento local - kits sanitários domésticos (Módulos Sanitários Domiciliares - MSD) ou unidades de tratamento para módulos sanitários existentes - nas comunidades rurais. Além disso, a iniciativa incluirá a implantação de sistemas de esgotamento sanitário.

A entrega se refere à implantação de sistemas de esgotamento sanitário que não se integram a sistemas já existentes. São compostos por coletor tronco, estação de tratamento de esgoto - (ETE), estação elevatória, rede coletora, poços de visita, emissário, interceptor, ligações prediais, entre

outros equipamentos. Será executada por meio da Cosan e UGP PAS.

Não houve entrega prevista para 2020, apenas para 2022.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Operações de crédito externas e Convênios com órgãos internacionais. A execução financeira foi de 69,06% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80 - Convênios com órgãos internacionais	3.006.000,00	2.089.767,20	1.044.883,60	69,50	34,80
<b>Total</b>	<b>3.026.000,00</b>	<b>2.089.767,20</b>	<b>1.044.883,60</b>	<b>69,06</b>	<b>34,53</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para execução orçamentária em relação às fontes 48 e 00 foram os atrasos nos processos licitatórios. Em relação ao projeto Ceará III ocorreu atraso na realimentação das contas por parte do órgão financiador.

### 11.3.2. Entrega 1074-Sistema de esgotamento sanitário ampliado (unidade)

A entrega consiste em sistemas de esgotamento sanitário que se integram a sistemas já existentes. Devem ser enquadradas como ampliação e ações que gerarem novas ligações. São compostos por coletor tronco, estação de tratamento de esgoto, estação elevatória, rede coletora, poços de visita, emissário, interceptor, ligações prediais, entre outros equipamentos. Será executada por meio da UGP PAS.

Não houve entrega prevista para 2020, apenas para 2022.

A entrega será executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

O recurso planejado não foi necessário esse ano, tendo em vista que as licitações não ocorreram no período previsto.

### 11.3.3. Entrega 1595-Módulo sanitário implantado (unidade)

A entrega dos módulos sanitários (MDS) completos correspondem a sanitários com vaso sanitário com uso de água, tanque de água, lavanderia, lavatório, chuveiro, caixa de inspeção e tratamento, utilizando tanque séptico. Será executada por meio da UGP PAS.

Não houve entregas no período.

Os processos licitatórios para a execução das obras de esgotamento sanitário do Programa Águas do Sertão ocorrerão apenas em 2021. Houve atraso na assinatura do contrato de empréstimo, prevista para 2018, que só ocorreu em jun/2019. Portanto, todos os processos que dependiam deste ato atrasaram. Com isso, estão sendo priorizadas as ações relacionadas a água.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

O recurso planejado não foi necessário esse ano, tendo em vista que as licitações não ocorreram no período previsto.

#### **11.4. Iniciativa 622.1.04 - Qualificação do acesso a esgotamento sanitário no meio rural.**

##### **11.4.1. Entrega 543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado (unidade)**

Será realizada uma ação piloto com famílias que desejem fazer melhorias nos módulos sanitários existentes, usando microcrédito através do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF). Os MDS completos incluem vaso sanitário com uso de água, tanque de água, lavanderia, lavatório, chuveiro, caixa de inspeção e tratamento, utilizando tanque séptico.

A entrega consiste em Sistema de esgotamento sanitário que sofreu intervenção, visando melhoria da qualidade do efluente sanitário ou da prestação de serviço, sem incremento de ligações totais.

Não houve entrega no período.

Os processos licitatórios para a execução dessas obras não foram iniciados. Houve atraso na assinatura do contrato de empréstimo, prevista para 2018, que só ocorreu em jun/2019. Portanto, todos os processos que dependiam deste ato atrasaram. Com isso, estão sendo priorizadas as ações relacionadas a água.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

O recurso planejado não foi necessário esse ano, tendo em vista que as licitações não ocorreram no período previsto.

#### **11.4.2. Entrega 1596-Módulo sanitário melhorado (unidade)**

Esta entrega visa melhorias em módulos sanitários, que incluem vaso sanitário com uso de água, tanque de água, lavanderia, lavatório, chuveiro, caixa de inspeção e tratamento, utilizando fossa séptica.

Não houve meta programada para 2020, apenas para 2022.

Não houve programação financeira no período.

#### **11.5. Iniciativa 622.1.05 - Promoção do Sistema Integrado de Saneamento Rural. Entrega 193-Entidade apoiada (unidade)**

Trata-se de uma iniciativa para o fortalecimento do modelo de gestão SISAR, devendo prover assistência técnica para preparar e capacitar seus integrantes para assumirem essas novas funções. Adicionalmente, o INSTITUTO SISAR deve ser fortalecido e capacitado. Esta iniciativa visa provocar o resgate da cidadania, o empoderamento da comunidade, o fortalecimento do associativismo, a educação ambiental e sanitária são os principais desafios no componente socioambiental. A forma de abordagem pode variar de acordo com o público alvo e da obra a ser implantada, bem como a definição dos temas e a metodologia deverão considerar as experiências anteriores de outros programas já executados no meio rural e com foco na universalização do saneamento.

A entrega consiste em fornecer apoio técnico e institucional a entidades relacionadas ao Saneamento Rural. É executada por meio da Secretaria das Cidades pela UGP PAS e pela Cagece.

Em 2020 houve apoio técnico e institucional fornecido pela Secretaria das Cidades e Cagece ao SISAR.

Foram realizados treinamentos de operadores, apoio nas assembleias das associações e articulação com as Prefeituras Municipais.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Operações de crédito externas e Convênios com órgãos internacionais. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

<b>Fonte</b>	<b>Lei + Créditos (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Pago (C)</b>	<b>% Empenho (B/A)</b>	<b>% Pago (C/A)</b>
00 - Recursos ordinários	0.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	2.001.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80 - Convênios com órgãos internacionais	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.008.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

Está previsto a contratação de uma consultoria para dar apoio técnico às entidades que está em processo de licitação. Por conta do atraso no processo licitatório o recurso não foi utilizado.

### **11.6. Iniciativa 622.1.06 - Promoção do gerenciamento da política pública de saneamento no meio rural.**

#### **11.6.1. Entrega 467-Projeto apoiado (unidade)**

Esta iniciativa consiste em incentivar a melhoria da gestão institucional dos diversos programas que atuam no meio rural, contribuindo inclusive para a integração da política de saneamento rural, coordenada pela Secretaria das Cidades em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Recursos Hídricos. Caberá a esta iniciativa a elaboração de estudos, projetos, sistemas. Acerca deste último, tem-se destaque o SIASAR (Sistema de informações em água e saneamento).

O projeto apoiado refere-se aos contratos de serviços prestados pela gerenciadora e/ou supervisora dos projetos, bem como, a elaboração de estudos, projetos e sistemas.

#### Não houve entregas no período.

Os processos licitatórios para a contratação das consultorias e serviços para apoiar o Programa Águas do Sertão projeto já foram iniciados e a contratação da gerenciadora foi efetivada em janeiro/2021.

Em relação ao SIASAR, o sistema deverá aumentar seu escopo no decorrer da implementação do Programa Águas do Sertão - PAS, pois serão levantados todos os municípios que serão beneficiados pelo mesmo. Após a contratação das consultorias previstas, será iniciada a contratação da empresa que realizará o levantamento das comunidades cujos dados alimentarão o sistema. Portanto, tendo em vista os atrasos ocorridos no processo licitatório supracitado, a previsão para a contratação para o SIASAR deverá ocorrer somente em 2021.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Operações de crédito externas. A execução financeira foi de 4,21% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	5.000.000,00	210.347,00	38.900,00	4,21	0,78
<b>Total</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>210.347,00</b>	<b>38.900,00</b>	<b>4,21</b>	<b>0,78</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para execução financeira foram: o atraso no processo licitatório e a contratação tardia da gerenciadora, tendo sido executado apenas a aquisição de alguns equipamentos para a Unidade de Gerenciamento do Programa.

#### **11.6.2. Entrega 1024-Estudos e projetos realizados (unidade)**

A entrega refere-se a estudos e projetos voltados para a implantação ou ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no meio rural.

Não houve entregas no período.

Os produtos que dependem das licitações. Já estão sendo elaborados os documentos necessários para a contratação, porém ainda não foram finalizados. O atraso se deu devido a não assinatura do contrato do empréstimo em 2018, sendo concretizada quase um ano depois (jun/2019).

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48 - Operações de crédito externas	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

A principal dificuldade na execução financeira foi devido ao atraso na licitação.

#### **11.7. Iniciativa 622.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso para produção agrícola. Entrega 1339-Sistema de reuso de água implantado (unidade)**

A iniciativa visa à implantação de soluções de tratamento de água de reuso. A entrega se trata da adequação de um sistema existente ou construção de um novo sistema para o tratamento da água de reuso, incluindo aquisição de equipamentos, obras, serviços de engenharia, entre outros. Deverá ser executada pela Cosan e UGP PAS.

Não há metas para o ano de 2020, apenas 2021.

No âmbito do Programa Águas do Sertão está prevista a Implantação de Soluções de Reuso de Água por meio do Componente I do programa. Quanto à Coordenadoria de Saneamento está prevista a Estruturação do Centro de Reuso de Aquiraz, com estruturação de Estações de Tratamento de Água para reuso. Em 2020 foi firmado contrato com a empresa que executará a obra. O processo aguardando assinatura da Diretoria na Cagece.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Convênios com órgãos federais e Operações de crédito externas. A execução financeira foi de 4,21% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	2.307.532,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.322.532,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para execução financeira, em relação à fonte 82, após a assinatura do Contrato para Estruturação do Centro de Reuso de Aquiraz, a empresa tornou-se incomunicável. Em relação à fonte 48, o recurso previsto para esse ano não foi necessário devido a atrasos na licitação.

## 12. Programa Matriz energética do estado do Ceará (711)

O Programa Matriz energética do estado do Ceará (711) tem como órgão Gestor a Secretaria da Infraestrutura (Seinfra). O objetivo do programa é promover a segurança e eficiência energética, com expansão da produção e incentivo ao consumo racional da energia disponível no Estado. É composto por 12 (doze) iniciativas das quais apenas 1 (uma) será executada pela Secretaria das Cidades, por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa Águas do Sertão (UGP PAS).

Tabela 22 – Iniciativas e Entregas do Programa Matriz energética do estado do Ceará – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2020.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2020		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
711.1.04 - Implantação de tecnologias de energias renováveis no meio rural.	1566-Projeto de energia renovável implantado	UGP PAS	0	-	Sem programação

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

### 12.1. Iniciativa 711.1.04 - Implantação de tecnologias de energias renováveis no meio rural. Entrega 1566-Projeto de energia renovável implantado (unidade)

Esta iniciativa inclui estudos, projetos e aquisição de tecnologias visando a redução dos custos em energia, de forma a desonerar o custo de manutenção dos sistemas de abastecimento de água no meio rural, como a implantação de painéis solares.

A entrega consiste na implantação de projetos de sistemas de energia renováveis (solar, eólicas, etc) tendo por objetivo promover a geração e aumento da renda da população rural. O objetivo é implantar painéis solares nas estações de tratamento de água no meio rural visando reduzir os custos para operacionalização do sistema. Será executada por meio da UGP PAS.

Não há meta prevista para o ano de 2020, apenas para 2021.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48 - Operações de crédito externas	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

Como não houve programação de metas para o ano o recurso previsto não foi necessário.

### 13. Programa Revitalização de áreas urbanas degradadas (722)

O Programa Revitalização de áreas urbanas degradadas (722) tem como órgão Gestor a Secretaria das Cidades. Tem como objetivo melhorar as condições socioambientais da população nas áreas urbanas degradadas. É composto por 6 (seis) iniciativas e 5(cinco) foram executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Revitalização de áreas degradadas – RMF (COREV) e da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (CODUR). A Secretaria da Saúde (SESA) também colaboram com as execuções do programa por meio do Projeto Distrito de Inovação em Saúde do Porangabussu.

Tabela 23 – Iniciativas e Entregas do Programa Revitalização de áreas urbanas degradadas – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2020.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2020		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
722.1.01 - Requalificação urbana e ambiental do Rio Maranguapinho.	175-Dragagem executada	COREV	9	9	100,0%
	45-Área urbanizada	COREV	4	0	0,0%
722.1.02 - Requalificação urbana e ambiental do Rio Cocó.	175-Dragagem executada	COREV	3,96	4,38	110,6%
	45-Área urbanizada	COREV	1	0	0,0%
722.1.03 - Requalificação Urbana da Comunidade Dendê.	45-Área urbanizada	COREV	1	0	0,0%
722.1.04 - Expansão do conhecimento técnico-científico sobre a degradação de áreas urbanas.	425-Plano elaborado	CODUR	1	1	100,0%
722.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de revitalização das áreas degradadas.	467-Projeto apoiado	COREV	1	1*	100,0%
722.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu.	45-Área urbanizada	COREV	-	-	Sem programação

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA). \*Não informado no SIMA.

#### 13.1. Iniciativa 722.1.01 - Requalificação urbana e ambiental do Rio Maranguapinho.

##### 13.1.1. Entrega 175-Dragagem executada (unidade).

A iniciativa consiste na retirada das ocupações irregulares na área de proteção ambiental, melhorando as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco. Promove a delimitação dessa área, com uma via paisagística e com a recuperação socioambiental do Rio. Além de realização da desobstrução das calhas para controle de cheias, com de serviços de dragagem, limpeza do leito e definição da calha considerando as vazões de 20 anos de recorrência.

A entrega se refere à Dragagem do Rio Maranguapinho no trecho compreendido entre a Av. Fernandes Távora e a Barragem Maranguapinho. É executada por meio da COREV.

Em 2020 foram concluídos os serviços de dragagem nos 9km previstos.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro e Convênios com órgãos federais. A execução financeira foi de 50,10% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	10.000.000,00	4.731.778,85	4.731.778,85	47,30	47,30
00 - Recursos ordinários	576,313,15	566.516,28	566.516,28	98,30	98,30
<b>Total</b>	<b>10.576.313,15</b>	<b>5.298.295,13</b>	<b>5.298.295,13</b>	<b>50,10</b>	<b>50,10</b>

Fonte: SIOF

A principal dificuldade para execução financeira foi relacionada a previsão orçamentária da fonte 82 na ação referente a essa entrega foi super valorada, por um equívoco.

### **13.1.2. Entrega 45-Área urbanizada (unidade).**

A entrega Área Urbanizada do Rio Maranguapinho compreende a implantação de via paisagística com ciclovia e áreas de esporte e lazer (praça) nos trechos: Trecho II (Av. Senador Fernandes Távora à Av. Osório de Paiva), Trecho III A, margem direita (Av. Osório de Paiva à Av. Jardim Fluminense), Trecho IIIB - Av. Jardim Fluminense ao 4º Anel Viário, Trecho IV, margem direita (4º Anel viário até as proximidades da Barragem Maranguapinho e Trecho Zero, margem direita (Av. Mister Hull à Av. independência).

Não foi concluída nenhuma área no período.

- Executado 90,26% da obra de urbanização do trecho II - Av. Senador Fernandes Távora à Av. Osório de Paiva;
- Executado 68,77% da obra de urbanização do trecho IIIA - Av. Osório de Paiva à Av. Jardim Fluminense;
- Executado 74,63% da obra de urbanização do trecho IIIB - Av. Jardim Fluminense ao 4º anel viário;
- Executado 14% da obra de urbanização do trecho ZERO - Av. Mister Hull à Av. independência.

Devido aos aspectos econômicos ocorridos em função da pandemia, as empresas contratadas vieram a rescindir o contrato ou não cumprimento do cronograma no tempo previsto.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro, Recursos provenientes do Fecop, Operações de crédito internas e Convênios com órgãos federais. A execução financeira foi de 80,42% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
46 - Operações de crédito internas	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00 - Recursos ordinários	5.261.348,09	4.220.217,62	3.773.857,40	80,21	71,73
82 - Convênios com órgãos federais	5.000.000,00	3.921.549,15	3.921.549,15	78,43	78,43
10 - Recursos provenientes do Fecop	12.294.015,38	10.641.344,69	10.217.953,20	86,56	83,11
<b>Total</b>	<b>23.355.363,47</b>	<b>18.783.111,46</b>	<b>17.913.359,75</b>	<b>80,42</b>	<b>76,70</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para execução financeira foram relacionadas à fonte 46 – Operações de crédito internas para Pagamento de Indenização de Benfeitorias a Famílias Afetadas pelas Obras de Requalificação do Projeto Rio Maranguapinho (CPAC). Esses recursos são utilizados para pagamento de desapropriações, e não foram utilizados, pois a Caixa (agente financiador) aguarda a prestação de contas de uma parcela anterior que não foi possível ser encaminhada, por falta do documento de Missão na posse já que a desapropriação corre nas vias judiciais.

### **13.2. Iniciativa 722.1.02 - Requalificação urbana e ambiental do Rio Cocó.**

#### **13.2.1. Entrega 175-Dragagem executada (unidade).**

A iniciativa consiste na retirada das ocupações irregulares na área de proteção ambiental, melhorando as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Cocó em situação de alto risco. Promove a delimitação dessa área com uma via paisagística e a recuperação socioambiental do Rio, além da desobstrução da calha para controle de cheias com serviços de dragagem, limpeza do leito e definição da calha considerando as vazões de 20 anos de recorrência.

A entrega consiste na Dragagem do Rio Cocó no trecho compreendido entre a BR 116 e Av. Paulino Rocha e trecho do encontro do Rio com a Av. Raul Barbosa com o Canal da Aerolândia à Av. Engenheiro Santana Junior.

Em 2020 foram executados os serviços de dragagem do Rio Cocó de 4,38 km.

A Dragagem do Rio Cocó continua em execução e alcança 68,83% do total dos serviços executados.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro, e Operações de crédito internas. A execução financeira foi de 90,15% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
46 - Operações de crédito internas	13.393.979,59	12.019.521,46	12.019.521,46	89,74	89,74
00 - Recursos ordinários	640.424,40	632.606,40	632.606,40	98,78	98,78
<b>Total</b>	<b>14.034.403,99</b>	<b>12.652.127,86</b>	<b>12.652.127,86</b>	<b>90,15</b>	<b>90,15</b>

Fonte: SIOF

Não houve entraves na execução financeira.

### 13.2.2. Entrega 45-Área urbanizada (unidade).

A entrega se refere à Urbanização das margens do Rio Cocó compreendendo implantação de via paisagística com ciclovia e áreas de esporte e lazer (praça) nos trechos: Trecho I (Av. Presidente Costa e Silva à Av. Val Paraíso), Trecho II, margem direita, entre a Av. Costa e Silva e Av. Paulino Rocha, Trecho II, margem esquerda (Av. Dep. Paulino Rocha à Av. Pompílio Gomes), Trecho Zero, margem Direita (Av. Val Paraíso à Barragem Cocó) e Trecho III, margem esquerda (Rua José Albino à Av. Dep. Paulino Rocha).

Não houve conclusão de trechos em 2020.

Foi executado 71,14% da urbanização das margens do Rio Cocó no trecho entre a Av. Costa e Silva e Av. Paulino Rocha, margem direita. A empresa continua apresentando desempenho abaixo do cronograma da obra. Reuniões de acompanhamentos periódicos com a empresa contratada e emissão de ofício de notificação foram enviadas à empresa.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro, Recursos provenientes do Fecop e Convênios com órgãos federais. A execução financeira foi de 76,96% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	2.031.293,51	1.941.188,79	1.941.188,79	95,56	95,56
82 - Convênios com órgãos federais	2.094.962,86	1.268.970,92	1.268.970,92	60,57	60,57
10 - Recursos provenientes do Fecop	6.112.962,13	4.669.956,16	2.113.046,93	76,39	34,57
<b>Total</b>	<b>10.239.218,50</b>	<b>7.880.115,87</b>	<b>5.323.206,64</b>	<b>76,96</b>	<b>51,99</b>

Fonte: SIOF

Tendo em vista a lentidão da empresa, e os problemas econômicos decorrentes da pandemia, os recursos da fonte 82 - OGU ficaram com aplicação abaixo de 75%.

### 13.3. Iniciativa 722.1.03 - Requalificação Urbana da Comunidade Dendê. Entrega 45-Área urbanizada (unidade).

A iniciativa consiste na implantação de infraestrutura e abertura de ruas de forma a possibilitar a circulação de veículos e serviços urbanos nas áreas já consolidadas, na área de intervenção definida no Projeto Dendê.

A entrega consiste na urbanização de áreas na Comunidade do Dendê compreendendo pavimentação e/ou alargamento de vias existentes, construção de novas vias e passeios, praças e galerias de drenagem, a ser implantada em duas etapas, a 1ª etapa numa área de 19,22 ha (da Baixada até a Rua do Comércio) e a 2ª etapa numa área de 18,37ha (da Rua do Comércio até o limite sul da Comunidade).

A entrega não foi concluída no ano de 2020.

A obra de urbanização da comunidade Dendê encontra-se com 15,5% executado. As obras de

Saneamento Básico de responsabilidade da CAGECE foram paralisadas em 2019 devido à rescisão do contrato com a empresa Inco. Foi feita dispensa de licitação do SES ainda em 2019, contemplando a Rua do Coqueiro, Rua do Gelo, Rua Valdir Sá, Vila Cadete e Travessa Coqueiro. O restante das vias será objeto de Licitação, ainda em elaboração na CAGECE. A empresa CONSSOL iniciou as obras relativas à dispensa de licitação da CAGECE, somente em janeiro/2020.

As obras de Urbanização das Vias e da CAGECE são interdependentes, executadas por empresas diferentes, o que complica a compatibilização dos serviços.

O Projeto de Urbanização e Sistema Viário está sendo atualizado, revisando as afetações das unidades habitacionais, visando reduzir a quantidade de desapropriações que atrasam sempre o cronograma das obras.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro, Recursos provenientes do Fecop e Operações de crédito internas. A execução financeira foi de 73,06% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
46 - Operações de crédito internas	1.011.250,86	331.180,01	331.180,01	32,75	32,75
00 - Recursos ordinários	509.101,43	376.704,60	376.704,60	73,99	73,99
10 - Recursos provenientes do Fecop	1.500.000,00	1.498.932,97	1.498.932,97	99,93	99,93
<b>Total</b>	<b>3.020.352,29</b>	<b>2.206.817,58</b>	<b>2.206.817,58</b>	<b>73,06</b>	<b>73,06</b>

Fonte: SIOF

Devido à pandemia, ocorreu paralisação por três meses das obras de urbanização quanto da obra da Cagece, o que atrapalhou a execução financeira da fonte 46.

#### **13.4. Iniciativa 722.1.04 - Expansão do conhecimento técnico-científico sobre a degradação de áreas urbanas. Entrega 425-Plano elaborado (unidade).**

A iniciativa Expansão do conhecimento técnico-científico sobre a degradação de áreas urbanas corresponde ao desenvolvimento de pesquisas, estudos e planos visando à recuperação de áreas urbanas degradadas nas regiões metropolitanas do Estado.

A entrega contempla a elaboração de Plano Integrado de Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas e de Regularização Fundiária (PIRF) para as áreas degradadas e Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) dos municípios das regiões metropolitanas do Estado. É executada pela Secretaria das Cidades por meio da Codur.

Em 2020 foi entregue o Plano Integrado de Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas e de Regularização Fundiária (PIRF).

A entrega foi executada através de um Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário (TDCO), em parcerias com a Funece/UECE e Iplanfor.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro. A execução financeira foi de 98,86% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	576.382,80	569.830,80	569.830,80	98,86	98,86
<b>Total</b>	<b>576.382,80</b>	<b>569.830,80</b>	<b>569.830,80</b>	<b>98,86</b>	<b>98,86</b>

Fonte: SIOF

### **13.5. Iniciativa 722.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de revitalização das áreas degradadas. Entrega 467-Projeto apoiado (unidade).**

A iniciativa promoção do gerenciamento da política pública de revitalização das áreas degradadas permitirá a execução dos serviços de apoio técnico e operacional ao desenvolvimento da política.

Encontra-se em execução os serviços de apoio e operacional à política pública de revitalização das áreas degradadas, mediante a contratação de colaboradores terceirizados e do Contrato de Gestão.

\*O quantitativo acabou não sendo registrado no Quadro de Execução Regionalizada do SIMA, sendo informado apenas no texto de Acompanhamento da Entrega.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro. A execução financeira foi de 92,85% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	12.380.085,95	11.494.643,42	11.188.613,35	92,85	90,38
<b>Total</b>	<b>12.380.085,95</b>	<b>11.494.643,42</b>	<b>11.188.613,35</b>	<b>92,85</b>	<b>90,38</b>

Fonte: SIOF

### **13.6. Iniciativa 722.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu. Entrega 45-Área urbanizada (unidade).**

A iniciativa se refere à implementação da primeira etapa do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de novas tecnologias e práticas mais efetivas na promoção e atenção à saúde, estruturar campo de experimentação em saúde integrado a ações de inovação urbana, econômica e social, promover o desenvolvimento socioeconômico inclusivo da população.

A entrega Urbanização da Lagoa de Porangabussu e entorno, com inserção de areninha, quadra polivalente, 2 academias ao ar livre, ciclofaixa, guarderia para esporte náutico e pesca, anfiteatro ao ar livre, saneamento, sistema de segurança, banheiros públicos, requalificação de vias, passeios e áreas verdes; e execução das obras e instalações do primeiro módulo do Projeto Executivo Urbanístico e Complementares de Requalificação da Infraestrutura do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu.

Não foi programada nenhuma entrega para o ano de 2020 e ainda não foram iniciados os trabalhos para a realização do mesmo conforme demanda da SESA.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

<b>Fonte</b>	<b>Lei + Créditos (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Pago (C)</b>	<b>% Empenho (B/A)</b>	<b>% Pago (C/A)</b>
00 - Recursos ordinários	3.125,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3.125,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

## 14. Programa Resíduos Sólidos (726)

O Programa Resíduos Sólidos tem como órgão Gestor a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) e o objetivo é reduzir os impactos negativos da geração e da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente e sobre a saúde humana. É composto por 4 (quatro) iniciativas executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan) e da Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Cidades do Ceará Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II).

Tabela 24 – Iniciativas e Entregas do Programa Resíduos Sólidos – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2020.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2020		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
726.1.01 - Qualificação da gestão de resíduos sólidos no âmbito regional e municipal.	1509-Assessoria realizada	COSAN	3	0	0,0%
	1721-Manual técnico disponibilizado	COSAN	3	0	0,0%
726.1.02 - Expansão dos serviços de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos.	1496-Central de Tratamento Implantada	UGP II	1	0	0,0%
	1722-Unidade de Tratamento Implantada	UGP II	21	3*	14,3%
	475-Projeto elaborado	COSAN	1	0	0,0%
726.1.03 - Expansão da atividade econômica da reciclagem.	1725-Catador beneficiado	COSAN	1.320	0	0,0%
726.1.04 - Promoção dos serviços de apoio técnico e operacional para o desenvolvimento urbano.	467-Projeto apoiado	UGP II	3	3*	100,0%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA). \*Não informado no SIMA.

### 14.1. Iniciativa 726.1.01 - Qualificação da gestão de resíduos sólidos no âmbito regional e municipal.

#### 14.1.1. Entrega 1509-Assessoria realizada (unidade)

A iniciativa se refere à qualificação dos processos e dos instrumentos consiste na elaboração normas, procedimentos, estudos, capacitação da equipe técnica municipal para a implementação da política de gestão integrada e consorciada de resíduos sólidos.

A entrega refere-se à prestação de assessorias às equipes municipais por meio de eventos para elaboração de leis, decretos, manuais de procedimentos, voltados para gestão financeira, administrativa, jurídica de consórcios, bem como para implantação e operação de modelos tecnológicos da gestão integrada de resíduos sólidos. É executada pela Cosan.

Em 2020 não houve entregas.

Para os Consórcios das Regiões do Vale do Jaguaribe e Região Metropolitana de Sobral, não houve atividades específicas de janeiro a dezembro/2020.

Para o Consórcio da Região Central do Cariri, foram desenvolvidas atividades relacionadas à organização institucional (assessoria realizada): atualização do contrato de consórcio e realização de assembleias ordinária em fevereiro e dezembro/2020.

Ressaltamos como dificuldade na execução a reduzida equipe que cuida da área de resíduos sólidos atualmente na Coordenadoria de Saneamento (Cosan), bem como a pandemia contribuíram para resultar em atrasos em processos de assessoria aos consórcios ou dificuldade em apoiar com a qualidade técnica e dentro dos prazos os novos projetos.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro. A execução financeira foi de 98,36% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	305.000,00	300.000,00	300.000,00	98,36	98,36
<b>Total</b>	<b>305.000,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>98,36</b>	<b>98,36</b>

Fonte: SIOF

#### **14.1.2. Entrega 1721-Manual técnico disponibilizado (unidade)**

A entrega consiste em elaboração de manuais técnicos que contenham estratégias, orientações, procedimentos para a implementação da política de gestão integrada de resíduos sólidos nos municípios e consórcios.

Não houve entregas no período.

Estes manuais foram inseridos no Plano de Trabalho do Termo de Colaboração 001/CIDADES/2018, que posteriormente foi reincidento. Em virtude disso, será realizada uma nova licitação.

A entrega é realizada de forma não-orçamentária.

#### **14.2. Iniciativa 726.1.02 - Expansão dos serviços de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos.**

##### **14.2.1. Entrega 1496-Central de Tratamento Implantada (unidade)**

A iniciativa consiste na oferta de estudos técnicos e projetos executivos, bem como a implantação de infraestruturas e equipamentos de tratamento de resíduos sólidos urbanos e recuperação de áreas degradadas por lixões.

Entende-se por central de tratamento de resíduos sólidos implantada a estrutura destinada a aterro sanitário, tratamento de resíduos de saúde, resíduos orgânicos, oriundos da construção civil e outras

formas de aproveitamento dos resíduos. É executada pela Secretaria das Cidades por meio da UGP II.

No ano de 2020 estava prevista a entrega da Central de Tratamento de Resíduos do município de Limoeiro do Norte (Região 14), no entanto não houve entrega.

O produto Central de Tratamento Construída, no município de Limoeiro do Norte, refere-se à implantação de infraestrutura necessária para o tratamento e a disposição final adequada dos resíduos sólidos urbanos, contemplando unidade de tratamento de resíduos da construção civil, unidade de compostagem, unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde e aterro sanitário, além das Estações de Transbordo de Resíduos (ETRs).

Na Região Vale do Jaguaribe o conjunto CTR e ETRs atenderá, de forma compartilhada, 13 municípios que fazem parte do Consórcio para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Vale do Jaguaribe (CGIRS-VJ) - Erere, Alto Santo, Iracema, Itaiçaba, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

A obra foi paralisada com 38,38 % de execução física, o Contrato Nº 005/CIDADES/2018 foi rescindido se fazendo necessário um novo processo licitatório. Até o final de dezembro a SCidades trabalhou na finalização das adequações do orçamento para devolver o processo à PGE, para abertura de novas propostas. A previsão para contratação da obra será para o primeiro semestre de 2021.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro e Operações de crédito externas. A execução financeira foi de 10,34% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48 - Operações de crédito internas	450.000,00	178.092,22	178.092,22	39,58	39,58
00 - Recursos ordinários	3.590.000,00	239.830,74	239.830,74	6,68	6,68
<b>Total</b>	<b>4.040.000,00</b>	<b>417.922,96</b>	<b>417.922,96</b>	<b>10,34</b>	<b>10,34</b>

Fonte: SIOF

A principal dificuldade para execução financeira no exercício de 2020 foi a demora na conclusão do novo processo licitatório para a contratação dos serviços remanescentes da obra da CTR de Limoeiro do Norte e suas ETRs, tendo em vista alguns pedidos de esclarecimentos feitos por empresa participante do certame, o que resultou na necessidade de ajustes e atualização do orçamento dessa obra.

#### **14.2.2. Entrega 1722-Unidade de Tratamento Implantada (unidade)**

A entrega se refere à unidade de tratamento de resíduos sólidos implantada para executar pelo menos uma das seguintes etapas do processo: triagem, segregação, reciclagem, compostagem e armazenamento de resíduos sólidos urbanos. É executada pela Secretaria das Cidades por meio da UGP II.

Em 2020 foram entregues 3 Centrais Municipais de Reciclagem nos municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova (Região 14), correspondendo a 14,3% da meta.

\*O quantitativo acabou não sendo registrado no Quadro de Execução Regionalizada do SIMA, sendo

informado apenas no texto de Acompanhamento da Entrega.

- 1) CMR Cidades-Polo (6 unidades): Execução de 100%. Em 2019 foram entregues as 03 Centrais Municipais de Reciclagem (CMR) em Sobral (cidade polo da região do Vale do Acaraú). Em 2020 foram finalizadas as CMR dos municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova (cidades Polo do Vale do Jaguaribe).
- 2) CMR Vale do Acaraú - 16 unidades nos municípios: Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Pacujá, Santana do Acaraú, Senador Sá, Reriutaba, Varjota e Pires Ferreira. Foram executados 8,25% das obras, com serviços iniciados nos municípios de Senador Sá, Forquilha e Cariré. No entanto, com a lentidão das obras o contrato foi rescindido. Em 2020 foi realizada nova licitação. Como até a data de publicação do aviso de licitação a licença ambiental da CMR de Alcântaras não havia sido emitida, este município foi retirado do processo, ficando 15 municípios.
- 3) CMR Vale do Jaguaribe - 08 unidades nos municípios: Alto Santo, Ererê, Iracema, Palhano, Potiretama, Quixeré, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte. O contrato nº 021/2019 foi formalizado no segundo semestre de 2019 e a Ordem de Serviço emitida em março de 2020, entretanto, devido à pandemia da COVID 19, os serviços só foram efetivamente iniciados em junho/2020. Até dezembro de 2020, as obras foram executadas nos municípios de Quixeré, Ererê, Potiretama, Iracema e São João do Jaguaribe. O contrato estava com 28,52% de execução física no final do período.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro e Operações de crédito externas. A execução financeira foi de 19,41% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48 - Operações de crédito internas	9.864.000,00	1.875.988,06	1.409.681,11	19,02	14,29
00 - Recursos ordinários	48.308,10	48.307,75	48.307,75	100,00	100,00
<b>Total</b>	<b>9.912.308,10</b>	<b>1.924.295,81</b>	<b>1.457.988,86</b>	<b>19,41</b>	<b>14,71</b>

Fonte: SIOF

As principais dificuldades para execução financeira no exercício de 2020 foram:

- Com relação às CMR Cidades-Polo (06 unidades): validação da medição final tendo em vista não apresentação pela empresa contratada de toda a documentação exigida pela Instrução Normativa Conjunta PGE/CGE/SEINFRA Nº 001/2011 para proceder ao pagamento e finalização do referido contrato.
- Com relação às CMR Vale do Acaraú (15 unidades): demora no andamento do novo processo licitatório para a contratação dos serviços remanescentes.
- Com relação às CMR do Vale do Jaguaribe (08 unidades): as medidas restritivas no combate ao COVID-19, que ocasionaram a falta de insumos no mercado e a dificuldade de contratação de mão-de-obra, impactaram diretamente no bom andamento das obras.

### **14.2.3. Entrega 475-Projeto elaborado (unidade)**

A entrega consiste na elaboração de solução para manejo e tratamento de resíduos sólidos urbanos de consórcios municipais a partir de estruturação jurídica, tecnológica e econômico-financeira para futura concessão e projetos executivos de engenharia para implantação de infraestrutura e

equipamentos de triagem e tratamento de resíduos sólidos urbanos. É executado por meio da Cosan.

Em 2020 estava previsto a entrega do projeto de elaboração da estruturação de manejo de resíduos sólidos do Consórcio Municipal de Aterro de Resíduos - Unidade Crato, que se encontra em elaboração, com reuniões virtuais. Apresentou execução no período em análise em 51%.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro e Convênios com órgãos federais. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

Entrega prevista para 2021, pois teve um aditivo de prazo com a inclusão de um novo município ao projeto, que continua em execução.

### **14.3. Iniciativa 726.1.03 - Expansão da atividade econômica da reciclagem. Entrega 1725-Catador beneficiado (unidade)**

A iniciativa consiste na redução de resíduos dispostos em aterros sanitários ou em lixões, reduzindo os impactos ambientais gerados, além de gerar emprego e renda para a categoria de catadores, otimizando o mercado de reciclagem.

A entrega consiste no assessoramento da categoria de catadores com a finalidade de promover melhoria de qualidade de vida destes, incentivando-os a produzirem de forma associada, fomentando a inclusão destes na cadeia produtiva da reciclagem de resíduos sólidos. É executada por meio da Cosan.

Para 2020 estava prevista entrega de 1.320 catadores beneficiados, mas não houve entrega no período.

Segundo o Acordo de Resultados, essa entrega engloba atividades continuadas, como capacitação (12 módulos) e assessoria às associações, por exemplo. Outras ações são pontuais, como cadastramento e elaboração de planejamento estratégico. Além disso, os dados não cumulativos, ou seja, as pessoas que participam das atividades em janeiro podem ter participado em fevereiro com outras atividades. Em janeiro, 104 catadores participaram das atividades propostas. Em fevereiro, 198 catadores participaram das atividades propostas. Em março, 84 catadores participaram das atividades propostas. Para a efetuação da entrega, é necessária a conclusão de todas as etapas.

Além da pandemia de covid-19 e sua exigência do distanciamento social, a empresa executora do projeto, FASTEF, não conseguiu dar respostas a produtos atrasados e o contrato foi rescindido. Em 2021, a SCidades pretende realizar uma nova licitação após a conclusão da análise da prestação de contas do referido Termo.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro e Convênios com órgãos federais.

Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	1.240.204,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00 - Recursos ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.245.204,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIOF

#### **14.4. Iniciativa 726.1.04 - Promoção dos serviços de apoio técnico e operacional para o desenvolvimento urbano. Entrega 467-Projeto apoiado (unidade)**

A iniciativa irá permitir a execução dos serviços de Apoio Técnico e Operacional à Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais do Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú.

O projeto apoiado refere-se aos contratos de serviços prestados pela gerenciadora e/ou supervisora dos projetos.

Em 2020 foram realizadas as atividades de gerenciamento e supervisão de projetos no Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe, bem como nas atividades de apoio técnico operacional à UGP II em Fortaleza.

\*O quantitativo acabou não sendo registrado no Quadro de Execução Regionalizada do SIMA, sendo informado apenas no texto de Acompanhamento da Entrega. .

O serviço de consultoria se faz necessário a fim de atuar de forma integrada com a UGP II no apoio a preparação de todas as informações no contexto do gerenciamento e acompanhamento do Programa, assim como, no assessoramento ao planejamento e controle geral dos projetos; pelo registro e controle administrativo e fiduciário (aquisição e desembolso); pelo controle e registro das movimentações financeiras; pelo acompanhamento técnico e ambiental, no que diz respeito às obras e consultorias; e pelo monitoramento e avaliação do Programa conforme Regulamento Operacional do Programa.

O Gerenciamento do Programa conta no período com 1 Especialistas em Infraestrutura Urbana no acompanhamento ao Componente I (Melhoria da Infraestrutura Urbana); 1 Especialista em Desenvolvimento Regional no Componente III (Modernização da Gestão Municipal e Fortalecimento da Secretaria das Cidades); 1 Especialista em Meio Ambiente para o Componente IV (Preparação de Projetos e Estudos Técnicos); 1 Consultora em Aquisições no apoio à preparação dos processos licitatórios; 1 Especialista Administrativo-Financeiro responsável pelas atividades orçamentárias e financeiras junto aos sistemas do governo do Estado, bem como junto ao BID. Além disso, o apoio ao gerenciamento conta com 1 Apoio Técnico-Administrativo que dá suporte administrativo a toda a UGP II e 1 Motorista para conduzir os profissionais dos Componentes I, III e IV aos Vales do Acaraú e do Jaguaribe para acompanhar a execução dos contratos.

O Programa conta também com Serviços Especializados de Supervisão e Assessoria Técnica à Secretaria das Cidades para Implantação das Obras de Infraestrutura do Programa de

Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais - Vale do Jaguaribe / Vale do Acaraú, através do Contrato nº 029/CIDADES/2016. O serviço especializado de supervisão e assessoria técnica na implantação das obras de infraestrutura do Programa se faz necessária a fim de garantir que as obras e serviços sejam conduzidas de acordo com as normas, regulamentos e leis, em especial as que dizem respeito às questões socioambientais, seguindo os projetos executivos das obras, as normas técnicas, instruções, especificações vigentes e complementares ou particulares que constem ou venham constar do projeto por força das adequações efetivamente aprovadas pela UGP. A Supervisão é realizada nos municípios contemplados pelo Programa Cidades II, tanto no Vale do Acaraú como no Vale do Jaguaribe.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro e Operações de crédito externas. A execução financeira foi de 61,84% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48 - Operações de crédito internas	6.227.000,00	4.745.231,04	4.745.231,04	76,20	76,20
00 - Recursos ordinários	1.446.309,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>7.673.309,00</b>	<b>4.745.231,04</b>	<b>4.745.231,04</b>	<b>61,84</b>	<b>61,84</b>

Fonte: SIOF

A principal dificuldade para a execução financeira no exercício de 2020 relacionada aos Contratos nº 056/Cidades/2014 (Gerenciadora do Programa) e nº 029/Cidades/2016 (Supervisora de Obras do Programa) foi a demora na aprovação da Alteração Contratual nº 05 do Contrato de Empréstimo nº 2826/OC-BR, na qual foi feito o remanejamento de recursos no valor de US\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil dólares) na fonte BID disponíveis nos Componentes I, II e III para o Componente V, possibilitando assim o pagamento das medições desses contratos.

Assim, após a aprovação desse aditivo, os pagamentos das medições forem feitos por meio da fonte do Empréstimo e não pela fonte Tesouro.